# Grupo Mateus S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

**Em 30 de junho de 2020**

# Índice


| | Página |
|---|---|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 9 |
| Demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 16 |
| Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2020 | 23 |
| Anexo | 72 |

# Relatório da Administração - Comentário do Desempenho

**Demonstrações Financeiras para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020**

**Relatório da Administração**

Somos a maior rede varejista de alimentos do país com capital 100% nacional e a quarta maior empresa de varejo alimentar do país, com operações no varejo de supermercados, atacarejo ("*cash and carry*"), atacado, móveis e eletrodomésticos, indústria de panificação e central de fatiamento e porcionamento. Ao longo dos últimos 34 anos nos consolidamos como um dos maiores atacadistas do país e o maior das regiões Norte e Nordeste, atendendo mais de 19.415 pontos de venda com suporte de mais de 1.750 representantes comerciais do segmento de atacado. Atuamos com nosso conglomerado em 54 cidades com lojas físicas nos estados do Maranhão, Pará e Piauí.

Operamos com os seguintes formatos de lojas físicas: atacados de autosserviço ("*cash and carry*") e atacados de entrega, operados sob as bandeiras *Mix Atacarejo* e *Armazém Mateus*, respectivamente; Supermercados sob a marca *Hiper Mateus*, supermercados e lojas de conveniência, como segmento de varejo, operadas sob as bandeiras *Mateus Supermercado e Mateus Hipermercado;* eletrodomésticos, eletrônicos, bazar e móveis, também do segmento de varejo, operados sob a bandeira *Eletro Mateus*, a panificadora operada pela bandeira *Bumba Meu Pão,* uma Central de Fatiamento e Porcionamento de Frios, além de um hortifrúti para abastecimento das lojas da companhia. Além disso, como serviço complementar aos nossos consumidores, também oferecemos condições melhores de pagamento com os nossos *MateusCard* e Crednosso.

Nossas operações atendem as necessidades dos nossos consumidores e a constante evolução dos seus hábitos de compra por meio de uma rede de 137 lojas físicas composta, em 30 de junho de 2020, por 29 atacarejos, 24 supermercados, 2 hipermercados, 66 lojas de eletroeletrônicos, 16 lojas de vizinhança, abastecidas por 9 centros de distribuição, considerando as bandeiras Mix Atacarejo, Supermercado Mateus, Eletro Mateus e Camiño Supermercados, além de uma plataforma de e-commerce em rápida expansão. Ainda, no segmento atacadista, através da bandeira Armazém Mateus, além dos estados do Maranhão, Pará e Piauí, também atendemos os Estados do Tocantins, Bahia e Ceará. Os números de 2019 confirmam a força do Grupo e a capacidade de desenvolver o negócio. Fechamos 2019 com 120 lojas e um faturamento de R$9,9 bilhões registrando um crescimento médio nos últimos sete anos (CAGR) de 20% da receita líquida. Nosso EBITDA foi de R$462 milhões, com margem de 9,0% e o lucro líquido acumulado no período foi de R$297 milhões, com margem líquida de 6%.

Trabalho, dedicação e geração de oportunidades fazem parte do nosso DNA. Nestes 34 anos construímos uma equipe de gestão altamente qualificada composta por profissionais experientes em sua grande maioria com mais de 10 anos de empresa e que tiveram a chance de passar por diversas áreas, compondo uma visão holística da companhia. Em 2020, apesar do cenário de pandemia, crescemos organicamente com a abertura de 18 novas lojas, 6 no formato Mix Atacarejo, 1 loja no formato Mateus Supermercados, 9 Eletro Mateus e 2 no formato Camiño, acumulando até 30 de junho de 2020 um crescimento de 34,0%, se comparado ao mesmo período de 2019. Atualmente somos, dentro do nosso segmento, um dos maiores geradores de emprego, com mais de 30 mil empregados diretos nos estados de atuação.

Ofertamos serviços financeiros para nossos consumidores, o *MateusCard*, um cartão de crédito, em parceria com o Banco Bradesco[1], que permite que a compra seja parcelada em até 24 vezes e que o consumidor tenha até 40 dias para pagar. O *MateusCard* auxilia nossas operações de varejo, atacarejo, atacado e eletroeletrônico com condições competitivas. Atualmente são 220 mil contas com 300 mil cartões ativos (titular e adicional). Possuímos, ainda, o CREDNOSSO, uma solução financeira desenvolvida para intermediar o pagamento dos colaboradores das empresas do Grupo, mas que ao longo do tempo foi ampliada para gerar diversos benefícios para os funcionários e também para o público externo. Atualmente, o Crednosso oferece vantagens competitivas como: compra no varejo cadastrado, pagamento de contas, transferência para bancos e descontos em rede de farmácias. O cartão é aceito em 186 ATMs e conta com 112 mil cartões Private Label.

.

# Relatório da Administração - Comentário do Desempenho

## Nossa estratégia

O nosso objetivo no longo prazo é fortalecer nossa posição de liderança nos segmentos de Atacarejo, Atacado e Varejo no Norte/Nordeste, através da consolidação da nossa estratégia de multicanalidade, aproveitando todos nossos formatos e negócios. Especificamente, pretendemos:

**Consolidar ainda mais a nossa liderança e presença regional por meio da expansão geográfica das lojas físicas.** Em 30 de junho de 2020, operamos 137 lojas entre as bandeiras Mateus Supermercados, Mix Atacarejo, Eletro Mateus e Armazém Mateus, 32 lojas a mais do número de lojas físicas que operávamos no início de 2019. Pretendemos consolidar ainda mais nossa posição de liderança por meio da expansão orgânica em todos os nossos formatos e bandeiras. Para capturar mais e nos beneficiarmos da demanda e do crescimento potencial de determinadas regiões do Norte/ Nordeste, bem como das mudanças demográficas urbanas brasileiras e da evolução dos hábitos do consumidor, e esperamos abrir um número significativo de novas lojas nos próximos anos, com a expansão acelerada de nossa presença nos formatos de rápido crescimento: "Cash & Carry" (Mix Atacarejo) e lojas de vizinhança (Camiño). Para fortalecimento dessa estratégia, pretendemos manter nossa política de monitoramento constante da concorrência de modo que consigamos oferecer aos nossos consumidores um mix de produtos diferenciados e a preços mais atrativos.

**Manutenção da disciplina financeira.** Adotamos medidas e estratégias que vêm demonstrando consistência e eficiência na manutenção de níveis de liquidez e caixa adequados, apresentando um baixo índice de alavancagem financeira. Além disso, possuímos plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e longo prazo com a geração de caixa e recursos atualmente disponíveis. Nossa administração tem demonstrado uma gestão financeira bem sucedida, nos possibilitando a execução com sucesso de nossos planos de expansão de capital e de investimento. Outro fator que nos garante uma posição de destaque é o fato das dívidas da Companhia de curto e longo prazo estarem diluídas no seu fluxo de caixa, de modo que permite um controle mais eficaz, sem comprometer o capital de giro do Grupo.

**Expansão via multicanalidade completa.** Em vista da crescente expansão do poder aquisitivo das classes sociais brasileiras, daremos continuidade à nossa bem sucedida estratégia de expansão por meio de nossos múltiplos canais de venda, com a inauguração de lojas físicas, em shopping centers e nas ruas, e a ampliação das operações em nossas lojas virtuais. Acreditamos que, por meio da integração e consolidação de nossos canais de venda, conseguiremos aumentar o alcance e a capilaridade de nossos pontos de venda, promovendo alternativas de vendas para nos aproximarmos ao máximo de todos os perfis de consumidores atendendo às suas diversas necessidades nos diferentes momentos de compra. Dentre as principais iniciativas de multicanalidade, temos: a) **Mateus Online** nossa plataforma de e-commerce *mateusonline.com.br* focada em produtos não-alimentares. A plataforma oferece uma grande variedade de produtos mediada por uma interface de compras online e de atendimento pós-venda. Apesar deste ser um negócio novo dentro do grupo (início da operação em janeiro de 2019) ele já conta com avaliações positivas dos clientes e crescimento além do esperado.

O Mateus Online já opera entregando em 34 cidades dos Estados do Maranhão e Pará com ticket médio de R$ 804,00 e prazo médio de entrega dos produtos de 3 dias. O faturamento do Mateus Online em 2019 foi de R$22.2 milhões. Apenas no mês de junho de 2020, em meio a pandemia, a loja faturou R$ 4,5 milhões.; b) **Canto do Chef**, e-commerce com foco no mercado transformador, comerciantes e restaurantes. O atualmente o ticket médio dessa operação é de R$ 985,00 e atende as regiões Metropolitanas de Belém(PA) e São Luís(MA). c) **App Super – Mercado do Futuro**, uma plataforma de venda por app que utiliza a lógica de Delivery e Drive Thru. O negócio está em expansão e já atua em 12 lojas e 5 cidades no Maranhão, Pará e Piauí. O aplicativo iniciou suas operações em abril de 2020, com faturamento de R$ 4,2 milhões, passando a faturar R$ 7,4 milhões em maio do mesmo ano, durante o auge da pandemia, com medida de lockdown na cidade de São Luís(MA) e, no mês de junho, atingindo o faturamento de R$ 5,3 milhões, já com a retomada da normalidade.

**Ampliar nosso conhecimento do mercado de varejo alimentar e do varejo de eletro/móveis e dos hábitos de compra de nossos consumidores**. Realizamos estudos de mercado constantemente de modo a ampliar nosso conhecimento das principais tendências dos segmentos de varejo alimentar, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis, como por exemplo, análises de benchmarking e pesquisas de comportamento do consumidor. Acreditamos que esses estudos permitem nos posicionar à frente das transformações e tendências do mercado, entregando as melhores oportunidades, oferecendo serviços relevantes e proporcionando as melhores experiências aos nossos consumidores.

**Reforçar continuamente a nossa cultura, com base no desempenho que incentiva o trabalho em equipe, promovendo a liderança e comprometimento profissional, bem como contribuindo para o desenvolvimento, a retenção e a atração de talentos.** Como parte do Grupo Mateus, nossa cultura se baseia no foco total em resultados por meio de metas bem definidas. Também engajamos nossos colaboradores com estes valores em busca da nossa missão de nos tornarmos o maior grupo empresarial brasileiro de varejo alimentar, com ética, trabalho e eficiência, buscando sempre o respeito dos clientes, inspirando os colaboradores e honrando nossos parceiros de negócios. Acreditamos que criamos uma cultura corporativa que encoraja a atração e integração de talentos, o trabalho em equipe, a capacitação com responsabilidade, a meritocracia e a diversidade. Pretendemos reforçar continuamente essa cultura, visando aumentar ainda mais a nossa capacidade de desenvolver uma equipe talentosa de profissionais altamente qualificados e, consequentemente, consolidar nossa posição de liderança nos segmentos de Atacado, Atacarejo e de Varejo no Brasil**.**

**Principais destaques financeiros - Consolidado**

O quadro abaixo apresenta as principais informações financeiras para os períodos indicados:

| | Período de 6 meses findo em 30 de Junho de | | |
|---|---|---|---|
| | **2020** | **AH** | **2019** |
| **Receita Líquida** | 5.124.041 | 27% | 4.040.505 |
| **Lucro Bruto** | 1.297.468 | 29% | 1.007.820 |
| **Margem Bruta** | 25% | | 25% |
| **Margem Líquida** | 6% | | 4% |
| **Lucro Líquido** | 297.176 | 80% | 167.035 |
| **EBITDA** | 478.261 | 62% | 295.316 |
| **Margem EBITDA** | 9,33% | | 7,3% |
| **EBITDA Ajustado[1]** | 415.158 | 62% | 255.944 |
| **Margem EBITDA Ajustado[1]** | 8,1% | | 6,3% |

(*) O EBITDA Ajustado (LAJIDA Ajustado) é definido como o EBITDA (LAJIDA) ajusto da linha "Outras receitas (despesas)" da demonstração do resultado. O EBITDA consiste no "Lucro líquido do exercício" (ou período) ajustado pelo "Resultado financeiro líquido", pelo "Imposto de renda e contribuição social" e pela despesas de "Depreciação e amortização". O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado considerando os impactos do IFRS 16 não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez.

| | Em 30 de junho de | Em 31 de dezembro de |
|---|---|---|
| | **2020** | **2019** |
| **Dívida Bruta** | 1.201.553 | 900.213 |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | 944.126 | 398.263 |
| **Títulos e Valores Mobiliários** | 14.603 | 14.608 |
| **Dívida Líquida** | 242.824 | 487.342 |

## Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 (Consolidado), comparado ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 (Consolidado)

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

| **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO** (em R$ milhares) | **30/06/2020** | **AV** | **30/06/2019** | **AV** | **AH** |
|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS** | **5.124.041** | **100%** | **4.040.505** | **100%** | **27%** |
| Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados | (3.826.573) | -75% | (3.032.685) | -75% | 26% |
| **LUCRO BRUTO** | **1.297.468** | **25%** | **1.007.820** | **25%** | **29%** |
| **RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS** | **(918.491)** | **-18%** | **(787.022)** | **-19%** | **17%** |
| Com vendas | - | **0%** | - | **0%** | |
| Gerais e administrativas | (918.247) | -18% | (784.068) | -19% | 17% |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | 0% | - | 0% | |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | (244) | 0% | (2.954) | 0% | 92% |
| **LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO** | **378.977** | **7%** | **220.798** | **5%** | **72%** |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | **(81.801)** | **-2%** | **(53.763)** | **-1%** | **52%** |
| Receitas financeiras | 35.410 | 1% | 46.044 | 1% | -23% |
| Despesas financeiras | (117.211) | -2% | (99.807) | -2% | 17% |
| **LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** | **297.176** | **6%** | **167.035** | **4%** | **78%** |
| **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** | **-** | **0%** | **-** | **0%** | |
| Correntes | - | 0% | - | 0% | |
| Diferidos | - | 0% | - | 0% | |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **297.176** | **6%** | **167.035** | **4%** | **78%** |

### Receita Líquida

Receita líquida no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 foi de R$5.124 milhões comparativamente a R$4.040 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$1.083 milhões ou 26%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento do volume de vendas líquidas vindo tanto da maturação das lojas abertas no exercício anterior, quanto da expansão orgânica da Companhia em 2020. O segmento de atacarejo apresentou um crescimento das vendas líquidas de 58%, as Lojas Camino crescimento das vendas líquidas de 8%, as vendas externas crescimento das vendas líquidas de 22%, as lojas de supermercados crescimento das vendas líquidas de 8%, as lojas de eletro e hipermercado crescimento de 3%. Vale ressaltar que grande parte desse crescimento ocorreu no segundo trimestre de 2020, em função da pandemia do COVID-19. As vendas no segundo trimestre apresentaram uma variação de crescimento de 23%, quando compradas com o primeiro trimestre de 2020, para maiores detalhes vide tabela abaixo.

### Lucro bruto

Lucro bruto no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 foi de R$1.297 milhões comparativamente a R$1.007 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$289 milhões ou 29%. Lucro bruto representou 25% e 25% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente em decorrência do crescimento do volume de vendas em todos os nossos segmentos. Nossa margem de lucro bruto, expressa em percentual das vendas líquidas, reduziu cerca de 1,4% em função da variação do mix de vendas e das inaugurações de novas lojas.

### Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 foi de R$918 milhões comparativamente a R$784 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$129 milhões ou 16%. Despesas gerais e administrativas representou -18% e -19% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento foi impulsionado principalmente por um crescimento de nossos custos e recursos para suportar a expansão das atividades em todos os nossos segmentos, parcialmente compensada pela diminuição de despesas administrativas e logísticas obtida como resultado das iniciativas de otimização de custos, com a centralização e distribuição de setores como hortifrúti e refrigerados.

### Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 foi de R$82 milhões comparativamente a R$54 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$28 milhões ou 52%. Resultado financeiro, líquido representou -2% e -1% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a aplicação do IFRS 16, no proporcionou um acréscimo de R$ 14,5 milhões em juros relacionados as operações de arrendamento, aumento das despesas com transações bancárias, despesas com taxas de cartão de credito e descontos concedidos.

### Lucro do exercício

Lucro do exercício no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 foi de R$297 milhões comparativamente a R$167 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$131 milhões ou 78%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 6% e 4% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das vendas com a diluição das despesas operacionais, gerais e administrativas, reflexo da otimização de processos logísticos e centralização de distribuição de setores como hortifrúti e refrigerados.

# Relatório da Administração - Comentário do Desempenho

## Investimentos

No 2T20 os investimentos do Grupo Mateus totalizaram R$ 201 milhões, direcionados principalmente para a abertura de novas lojas abaixo:

| Em R$ MIL | 30/06/2020[1] | 30/06/2019[1] | AH | 2019[1] | 2018[1] | AH |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Terrenos | 0 | 30 | -100% | 91 | 67 | 36% |
| Edificações | | - | | - | - | 0% |
| Máquinas e equipamentos | 39.848 | 7.418 | 437% | 7.644 | 27.543 | -72% |
| Móveis e utensílios | 6.366 | 2.649 | 140% | 5.093 | 5.813 | -12% |
| Veículos | 69 | 495 | -86% | 962 | 588 | 64% |
| Equipamentos de informática | 5.367 | 2.544 | 111% | 5.138 | 4.137 | 24% |
| Construções em andamento | 7.330 | 36.053 | -80% | 170.668 | 86.302 | 98% |
| Imobilizações em andamento | 5.434 | - | 0% | 2.350 | 1.525 | 54% |
| Edificações em imóveis de terceiros | 136.328 | 11.818 | 1054% | 8.962 | 18.201 | -51% |
| **Total** | **200.742** | **61.008** | **229%** | **200.908** | **144.176** | **39%** |

[1] Demonstrações Financeiras - Consolidadas

| | Jun/2020 | | | Jun/2019 | | | 2017 | | | 2018 | | | 2019 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Segmento | INICIO | INAUGURADOS | TOTAL | INICIO | INAUGURADOS | TOTAL | INICIO | INAUGURADOS | TOTAL | INICIO | INAUGURADOS | TOTAL | INICIO | INAUGURADOS | TOTAL |
| HIPER/SUPER | 25 | 0 | 25 | 23 | 0 | 23 | 20 | 3 | 23 | 23 | 0 | 23 | 23 | 2 | 25 |
| MIX | 23 | 6 | 29 | 17 | 3 | 20 | 13 | 1 | 14 | 14 | 3 | 17 | 17 | 6 | 23 |
| ELETRO | 58 | 9 | 67 | 46 | 5 | 51 | 33 | 1 | 34 | 34 | 12 | 46 | 46 | 12 | 58 |
| CAMINO | 14 | 2 | 16 | 10 | 1 | 11 | 0 | 4 | 4 | 4 | 6 | 10 | 10 | 4 | 14 |
| **TOTAL** | **120** | **17** | **137** | **96** | **9** | **105** | **66** | **9** | **75** | **75** | **21** | **96** | **96** | **24** | **120** |

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Acionistas e Administradores do
**Grupo Mateus S.A.**
São Luís – MA

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grupo Mateus S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo Mateus S.A. em 30 de junho de 2020 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2020 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados 

## Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 06(R2) e IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (Notas Explicativas nºs 10 e 17)

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 10 e 17 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o novo pronunciamento contábil NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil, equivalente ao IFRS 16 – *Leases* emitido pelo *International Accounting Standards Board* IASB, com base na abordagem retrospectiva modificada, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, não havendo reapresentação de informação comparativa.

A adoção do IFRS16/NBC TG 06 (R3) foi significativa para a nossa auditoria, pois envolveu julgamento significativo por parte da administração da Companhia na determinação da taxa incremental de juros e dos prazos dos contratos de arrendamento, que são estimativas chaves utilizadas para calcular o ativo por direito de uso e o passivo de arrendamento. Mudanças nestas estimativas podem ter impactos significativos nos valores reconhecidos pela Companhia.

Devido ao julgamento envolvido na definição do prazo de arrendamento e a complexidade envolvida na determinação das premissas utilizadas para determinação das taxas de desconto para cálculo do passivo de arrendamento e a relevância dos impactos que uma mudança dessa taxa poderia ter na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso de um ativo, assim como a relevância das divulgações dos efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação das práticas contábeis da Companhia para determinar os prazos dos arrendamentos;
- Verificamos a taxa incremental de juros conforme formalização do banco;
- Selecionamos uma amostra de contratos de arrendamento para avaliar a exatidão matemática dos valores do ativo por direito de uso e do passivo de arrendamento determinados pela Companhia com base nos dados contratuais;
- Testamos a integridade e a precisão dos dados utilizados nos cálculos efetuados pela administração da Companhia;
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação específicos relacionados com a transição da norma e seu impacto contábil.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao período findo em 30 de junho de 2020.

## Provisões para riscos (Nota Explicativa nº 20)

**Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos, faz divulgações e registra provisão em seu balanço nos casos em que considera que haverá perda provável.

Essa área permanece como foco de nossa auditoria, devido a relevância, complexidade, aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, na mensuração e definição de reconhecimento e/ou divulgação de uma provisão. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de provisão e as divulgações em notas explicativas.

Atualizamos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera a avaliação histórica de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por consultores jurídicos.

Efetuamos procedimentos de confirmação de informações com os escritórios de advocacia externos que patrocinam os processos judiciais e administrativos em relação à avaliação do prognóstico, à totalidade das informações e ao valor das provisões. Para as causas significativas, discutimos com a administração e seus consultores jurídicos a razoabilidade do prognóstico de perda.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para riscos foram adequados, e as divulgações efetuadas são consistentes com as posições dos consultores jurídicos quando analisadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao período findo em 30 de junho de 2020.

## Reconhecimento de acordos comerciais (Nota Explicativa nº 24)

**Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA**

O Grupo Mateus recebe descontos comerciais significativos por acordos negociados com seus fornecedores. Esses acordos comerciais variam conforme negociação, podendo compreender acordos pelo volume de compra, rebaixa e ou diferença de preço, recomposição de margem, verbas (% sobre compras), propaganda cooperada e demais negociações especiais. A forma de abatimento varia conforme a condições previstas nos acordos de fornecimento, podendo haver descontos de títulos e recebimento de mercadoria bonificada. As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

Devido ao grande volume de transações, a relevância dos valores envolvidos, e ao grau de julgamento exercido pelo Grupo Mateus sobre a natureza e o cumprimento das obrigações descritas nos acordos negociados com fornecedores, bem como das estimativas para apurar os valores a serem registrados e o período durante o qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido como redutor dos custos das mercadorias vendidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos julgados como chave no processo de compras e acordos comerciais;
- Recalculamos os valores “acordos comerciais - verbas” a receber sobre uma amostragem, em relação às transações de compra. Avaliamos as condições previstas no acordo, recalculamos o valor a receber de verbas, comparamos com o contábil, inspecionamos a liquidação financeira subsequente e ou o recebimento de mercadoria bonificada, pela inspeção da nota fiscal de entrada;
- Realizamos a amostragem para os demais acordos comerciais (rebaixa/diferença de preço, inauguração de loja, propaganda cooperada etc.) obtivemos a documentação suporte dos acordos firmados, incluindo a evidência de liquidação financeira subsequente e ou o abatimento pelo recebimento de mercadoria bonificada, pela inspeção da nota fiscal de entrada;
- Observamos a data de vencimento na documentação suporte e validamos a integralidade do *aging list* apresentado pela Companhia. Avaliamos também a adequação do reconhecimento contábil dos lançamentos selecionados em base de testes;
- Analisamos as variações mensais dos saldos reconhecidos com descontos comerciais em relação aos custos das vendas, considerando tendências, sazonalidade e informações históricas; e
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas aos descontos comerciais obtidos.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os saldos registrados de Acordos comerciais e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao período findo em 30 de junho de 2020.

## Subvenções governamentais – ICMS (Nota Explicativa nº 26)

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

De acordo com a legislação estadual, a controlada Armazém Mateus S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – ICMS que consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS , que resulta em 2% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de venda em operações internas e interestaduais.

A subvenção governamental é reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática. Este conceito contábil é aplicado pois, a administração entende que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, bem como, a entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações.

Devido à relevância dos valores envolvidos, às premissas utilizadas pelo Grupo Mateus para determinar o conceito contábil, podem impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Obtivemos, com o auxílio de nossos especialistas tributários, por meio de indagações aos responsáveis da área tributária do Grupo Mateus e testes por amostragem, o entendimento da metodologia de registro da subvenção governamental nas demonstrações financeiras;
- Efetuamos o recálculo da subvenção governamental de ICMS e avaliamos a adequação da apresentação dos saldos entre receitas e custos, assim como a suficiência dos registros; e
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente as relacionadas às premissas e condições do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais (IAS 20).

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os registros efetuados pelo Grupo Mateus na determinação sobre a contabilização da Subvenção Governamental de ICMS nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao período findo em 30 de junho de 2020.

## Ênfase

### Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de 30 de junho de 2020 e 2019 e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 2.5 referente ao refazimento e respectivas reemissões das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de 30 de junho de 2020 e de 2019 e das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2019, para refletir o aprimoramento de determinadas divulgações, conforme solicitação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Anteriormente, havíamos auditado as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2020, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e revisado as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2019, cujos relatórios de auditoria e revisão, respectivamente, sem modificações, foram emitidos em 14 de agosto de 2020. Como consequência, as demonstrações financeiras intermediarias individuais e consolidadas e demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente dos períodos e do exercício anteriormente mencionados, estão sendo reapresentadas nesta data, 17 de setembro de 2020. Devido à reemissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas mencionadas na Nota Explicativa no 2.5, emitimos esse novo relatório de auditoria sobre as citadas demonstrações financeiras. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

**Demonstrações do valor adicionado**

As Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do Grupo Mateus para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo Mateus e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2020

Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

# Grupo Mateus S.A.

## Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R$)

### ATIVO

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Notas | 30/06/2020 | 31/12/2019 | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
| **Ativo circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | - | - | 944.126 | 398.263 |
| Contas a receber | 6 | - | - | 964.031 | 817.536 |
| Estoques | 7 | - | - | 1.587.934 | 1.497.411 |
| Tributos a recuperar | 8 | - | - | 26.293 | 52.579 |
| Outros ativos | - | 433 | 433 | 11.679 | 14.496 |
| **Total dos ativos circulantes** | | 433 | 433 | 3.534.063 | 2.780.285 |
| **Ativo não circulante** | | | | | |
| Aplicações financeiras | 5 | - | - | 14.603 | 14.608 |
| Partes relacionadas | 19 | - | - | 48.406 | 74.651 |
| Tributos a recuperar | 8 | - | - | 89.579 | 26.477 |
| Outros ativos | - | - | - | 479 | 818 |
| Depósitos judiciais | 20 | - | - | 13.300 | 11.912 |
| Ativos de direito de uso | 10 | - | - | 464.426 | 391.809 |
| Investimentos | 11 | 2.252.423 | 1.888.565 | - | - |
| Intangível | - | - | - | 450 | - |
| Imobilizado | 9 | - | - | 965.038 | 820.776 |
| **Total dos ativos não circulantes** | | 2.252.423 | 1.888.565 | 1.596.281 | 1.341.051 |
| **Total dos ativos** | | 2.252.856 | 1.888.998 | 5.130.344 | 4.121.336 |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

# Grupo Mateus S.A.

## Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R$)

### PASSIVO

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Notas** | **30/06/2020** | **31/12/2019** | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| **Passivo circulante** | | | | | |
| Fornecedores | 12 | - | - | 694.082 | 549.924 |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | - | - | 196.125 | 159.759 |
| Debêntures | 14 | - | - | 29.884 | 30.503 |
| Obrigações trabalhistas | 15 | - | - | 200.715 | 127.104 |
| Obrigações tributárias | 16 | - | - | 94.707 | 60.067 |
| Tributos parcelados | 18 | - | - | 1.406 | 1.269 |
| Passivos de arrendamento | 17 | - | - | 78.374 | 64.392 |
| Outros passivos | - | - | - | 54.547 | 17.156 |
| **Total dos passivos circulantes** | | - | - | 1.349.840 | 1.010.174 |
| **Passivo não circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | - | - | 516.638 | 236.345 |
| Debêntures | 14 | - | - | 458.906 | 473.606 |
| Tributos parcelados | 18 | - | - | 4.517 | 4.614 |
| Provisão para riscos | 20 | - | - | 15.155 | 15.088 |
| Passivos de arrendamento | 17 | - | - | 382.650 | 325.858 |
| Partes relacionadas | 19 | - | - | 86.479 | 106.364 |
| **Total dos passivos não circulantes** | | - | - | 1.464.345 | 1.161.875 |
| **Patrimônio líquido** | 21 | | | | |
| Capital social | 21.a | 1.863.829 | 911.201 | 1.863.829 | 911.201 |
| AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital | 21.c | 44.217 | 44.056 | 44.217 | 44.056 |
| Reserva legal | 21.b | 46.688 | 46.688 | 46.688 | 46.688 |
| Reserva para retenção de lucros | 26 | 298.122 | 887.053 | 298.122 | 887.053 |
| **Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas controladores** | - | 2.252.856 | 1.888.998 | 2.252.856 | 1.888.998 |
| Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores | - | - | - | 63.303 | 60.289 |
| **Total do patrimônio líquido** | | 2.252.856 | 1.888.998 | 2.316.159 | 1.949.287 |
| **Total dos passivos e do patrimônio líquido** | | 2.252.856 | 1.888.998 | 5.130.344 | 4.121.336 |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

# Grupo Mateus S.A.

## Demonstrações do resultado
## para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais - R$)

| | Notas | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 01/01/2020 a 30/06/2020 | 01/01/2019 a 30/06/2019 | 01/04/2020 a 30/06/2020 | 01/04/2019 a 30/06/2019 | 01/01/2020 a 30/06/2020 | 01/01/2019 a 30/06/2019 | 01/04/2020 a 30/06/2020 | 01/04/2019 a 30/06/2019 |
| **Receita líquida de vendas** | 23 | - | - | - | - | 5.124.041 | 4.040.505 | 2.707.958 | 2.034.917 |
| Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas | 24 | - | - | - | - | (3.826.573) | (3.032.685) | (1.994.816) | (1.529.402) |
| **Lucro bruto** | | - | - | - | - | 1.297.468 | 1.007.820 | 713.142 | 505.515 |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | | | | | | | | |
| Despesas administrativas, gerais e de vendas | 24 | - | - | - | - | (918.247) | (784.068) | (477.746) | (403.251) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | 297.153 | 167.014 | 189.211 | 63.092 | - | - | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | | - | - | - | - | (244) | (2.954) | 16 | (1.093) |
| **Total** | | 297.153 | 167.014 | 189.211 | 63.092 | (918.491) | (787.022) | (477.730) | (404.344) |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro** | | 297.153 | 167.014 | 189.211 | 63.092 | 378.977 | 220.798 | 235.412 | 101.171 |
| **Resultado financeiro** | | | | | | | | | |
| Receitas financeiras | 25 | - | - | - | - | 35.410 | 46.044 | 18.110 | 26.768 |
| Despesas financeiras | 25 | - | - | - | - | (117.211) | (99.807) | (64.312) | (64.850) |
| **Total** | | - | - | - | - | (81.801) | (53.763) | (46.202) | (38.082) |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | | 297.153 | 167.014 | 189.211 | 63.092 | 297.176 | 167.035 | 189.210 | 63.089 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 22 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 22 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Total** | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Lucro líquido do exercício** | | 297.153 | 167.014 | 189.211 | 63.092 | 297.176 | 167.035 | 189.210 | 63.089 |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores | | - | - | - | - | 23 | 21 | (1) | (3) |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | | 297.153 | 167.014 | 189.211 | 63.092 | 297.153 | 167.014 | 189.211 | 63.092 |
| Média ponderada das ações no exercício (em milhares) | | 1.863.829 | 911.201 | 911.201 | 911.201 | | | | |
| Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R$ | 28 | 0,16 | 0,18 | 0,21 | 0,07 | | | | |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

# Grupo Mateus S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente
## para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$)

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 01/01/2020 a 30/06/2020 | 01/01/2019 a 30/06/2019 | 01/04/2020 a 30/06/2020 | 01/04/2019 a 30/06/2019 | 01/01/2020 a 30/06/2020 | 01/01/2019 a 30/06/2019 | 01/04/2020 a 30/06/2020 | 01/04/2019 a 30/06/2019 |
| **Lucro líquido do período** | 297.153 | 167.014 | 189.211 | 63.092 | 297.176 | 167.035 | 189.210 | 63.089 |
| Outros resultados abrangentes | - | | - | | - | - | - | - |
| **Resultado abrangente total do exercício** | 297.153 | 167.014 | 189.211 | 63.092 | 297.176 | 167.035 | 189.210 | 63.089 |
| **Resultado abrangente total atribuído a:** | | | | | | | | |
| Acionistas controladores | - | - | - | - | 297.153 | 167.014 | 189.211 | 63.092 |
| Acionistas não controladores | - | - | - | - | 23 | 21 | (1) | (3) |
| **Resultado abrangente total do exercício** | - | - | - | - | 297.176 | 167.035 | 189.210 | 63.089 |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

# Grupo Mateus S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de junho 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$)

| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reserva legal | Reserva para retenção de lucros | | Patrimônio líquido atribuido a participação dos controladores | Participação dos acionistas não controladores | Patrimônio líquido consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Reserva fiscal | Lucros acumulados | | | |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | 911.201 | 33.800 | 29.808 | 566.332 | - | 1.541.141 | 59.279 | 1.600.420 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | 167.014 | 167.014 | 21 | 167.035 |
| **Saldos em 30 de junho de 2019** | 911.201 | 33.800 | 29.808 | 566.332 | 167.014 | 1.708.155 | 59.300 | 1.767.455 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | 911.201 | 44.056 | 46.688 | 887.053 | - | 1.888.998 | 60.289 | 1.949.287 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 66.683 | - | - | - | 66.683 | 2.991 | 69.674 |
| Aumento de capital social | 952.628 | (66.522) | - | (886.084) | - | 22 | - | 22 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | 297.153 | 297.153 | 23 | 297.176 |
| **Saldos em 30 de junho de 2020** | 1.863.829 | 44.217 | 46.688 | 969 | 297.153 | 2.252.856 | 63.303 | 2.316.159 |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

# Grupo Mateus S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa
## para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 30/06/2020 | 30/062019 | 30/06/2020 | 30/062019 |
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 297.153 | 167.014 | 297.176 | 164.848 |
| **Ajuste para reconciliação do lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:** | | | | | |
| Depreciação e amortização | 9 e 10 | - | - | 99.284 | 74.518 |
| Atualização passivos de arrendamento | 17 | - | - | 17.401 | 19.966 |
| Provisão para obsolescência e quebras | 7 | - | - | 591 | - |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 6 | - | - | 7.638 | 2.671 |
| Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures provisionados | 13 e 14 | - | - | 35.464 | 28.573 |
| Baixa de imobilizado | 9 | - | - | 2.898 | 379 |
| Provisão para riscos | 20 | - | - | 67 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | (297.153) | (167.014) | - | - |
| **Aumento (redução) nos ativos operacionais:** | | | | | |
| Contas a Receber | 6 | - | - | (154.132) | 223.091 |
| Estoques | 7 | - | - | (91.114) | 38.283 |
| Tributos a recuperar | 8 | - | - | (36.816) | (949) |
| Depósitos judiciais | 18 | - | - | (1.388) | 53 |
| Outros ativos | - | - | - | 3.156 | 10.490 |
| **Aumento (redução) nos passivos operacionais:** | | | | | |
| Fornecedores | 12 | - | - | 144.158 | (241.774) |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | 15 e 16 | - | - | 108.251 | 23.154 |
| Tributos parcelados | 18 | - | - | 40 | 920 |
| Outros passivos | - | - | - | 37.391 | (2.501) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | | - | - | 470.065 | 341.722 |
| Juros pagos | 13 e 14 | - | - | (15.208) | (19.943) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | - | - | 454.857 | 321.779 |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | | |
| Aquisição de imobilizado | 9 | - | - | (200.742) | (61.008) |
| Intangível | | - | - | (450) | (3.383) |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários | 5 | - | - | 5 | 4.082 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | | - | - | (201.187) | (60.309) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | | |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures | 13 e 14 | - | - | 375.150 | 44.390 |
| Partes relacionadas | 19 | - | - | 6.360 | 10.145 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | 66.683 | - |
| Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures | 13 e 14 | - | - | (94.066) | (143.532) |
| Pagamento passivo de arrendamento | 17 | - | - | (61.934) | (48.530) |
| **Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento** | | - | - | 292.193 | (137.527) |
| | | | - | | |
| **Aumento em caixa e equivalentes de caixa** | | - | - | 545.863 | 123.943 |
| | | | - | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 4 | - | - | 398.263 | 262.678 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 4 | - | - | 944.126 | 386.621 |
| | | | - | | |
| **Aumento em caixa e equivalentes de caixa** | | - | - | 545.863 | 123.943 |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

# Grupo Mateus S.A.

## Demonstração do valor adicionado
## para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R$, exceto lucro básico e diluído por ação - em reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 30/06/2020 | 30/062019 | 30/06/2020 | 30/062019 |
| **Receitas** | | | | |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | - | - | 6.047.006 | 4.721.880 |
| Constituição de provisão para crédito de líquidação duvidosa | - | - | (7.637) | - |
| | - | - | 6.039.369 | 4.721.880 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | | | |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | - | - | (3.810.688) | (2.984.510) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | - | - | (326.763) | (299.345) |
| | - | - | (4.137.451) | (3.283.855) |
| **Valor adicionado bruto** | - | - | 1.901.918 | 1.438.025 |
| **Depreciação e amortização** | | | | |
| Depreciação e amortização | - | - | (99.284) | (71.191) |
| **Valor adicionado líquido produzido** | - | - | 1.802.634 | 1.366.834 |
| **Valor adicionado recebido em trânsferencia** | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 297.153 | 167.014 | - | - |
| Receitas financeiras | - | - | 35.410 | 46.044 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | 297.153 | 167.014 | 1.838.044 | 1.412.878 |
| **Pessoal** | | | | |
| Remuneração direta | - | - | (316.761) | (263.627) |
| Benefícios | - | - | (20.677) | (16.465) |
| FGTS | - | - | (30.863) | (23.907) |
| | - | - | (368.301) | (303.999) |
| **Impostos, taxas e contribuições** | | | | |
| Federais | - | - | (474.974) | (365.194) |
| Estaduais | - | - | (541.501) | (399.939) |
| Municipais | - | - | (1.694) | (2.700) |
| | - | - | (1.018.169) | (767.833) |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | | | | |
| Juros | - | - | (115.059) | (89.020) |
| Aluguéis | - | - | (39.343) | (84.995) |
| | - | - | (154.402) | (174.015) |
| **Remuneração de capital próprio** | | | | |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores | (297.153) | (167.014) | (297.153) | (167.014) |
| Participação de não controladores nos lucros retidos | - | - | (23) | (21) |
| | (297.153) | (167.014) | (297.176) | (167.035) |
| **Valor adicionado total distribuído** | (297.153) | (167.014) | (1.838.044) | (1.412.878) |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

# Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

## 1. Contexto operacional

A Grupo Mateus S.A. (“Companhia” ou “Grupo Mateus”) é uma holding cuja atividade preponderante é a participação societária no capital de outras, que foi constituída em 13 de junho de 2016 com o nome de Exitus Holdings S.A., com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão. O principal investimento da controladora é a participação acionária no Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A. que atuam no segmento de atacado e varejo, eletro, e mix, e indústria por meio da controlada Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.

| | Participação do capital total | |
|---|---|---|
| **Investidas** | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| Controladas | | |
| Armazém Mateus S.A. **(a)** | 99,99% | 99,99% |
| Mateus Supermercados S.A. **(b)** | 99,99% | 99,99% |
| Indústria de Pães e Massas Mateus **(c)** | 98,00% | 98,00% |
| Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. **(d)** | 99,99% | - |
| Posterus Supermercados Ltda. **(e)** | 96,27% | - |
| Indústrias Blanco Ltda. **(f)** | - | 99,99% |
| Braslub Distribuidora Ltda. **(g)** | - | 99,99% |

**(a)** Armazém Mateus S.A. (“Armazém”), sociedade por ações de capital fechado que foi constituída em 26 de abril de 1989, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio atacadista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país;

**(b)** Mateus Supermercados S.A. (“Supermercado”), sociedade por ações de capital fechado que foi constituída em 18 de agosto de 2000, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio varejista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país através de sua cadeia de supermercados;

**(c)** Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. (“Indústria de Pães”) é uma sociedade responsabilidade limitada, que foi constituída em 19 de junho de 2007, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de fabricação e comércio atacadista de biscoitos, bolachas, bolos, pães e massas alimentícias e cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia;

**(d)** Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. (“Rio Balsas”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 09 de julho de 2007, com sede na cidade São Luís, estado do Maranhão, que explora a atividade de holding de instituições não-financeiras cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia;

**(e)** Posterus Supermercados Ltda. (“Posterus”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída 21 de março de 2017, com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora a atividade de comercio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentício – supermercado cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia.

**(f)** Indústrias Blanco Ltda. (“Indústria Blanco”) é uma sociedade limitada, que foi constituída em 19 de junho de 2019, com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão, explora a atividade de fabricação de açúcar bruto e outros adoçantes naturais, refino e envasamento de açúcar, cujas operações são majoritariamente dentro da referida Companhia. Esta Companhia não é mais investida na data-base deste relatório;

**(g)** Braslub Distribuidora Ltda. (“Braslub”) é uma sociedade limitada, que foi constituída em 19 de setembro de 2016, com a denominação social de Mega Distribuidora, com sede na cidade de Davinópolis, no estado do Maranhão, explora a atividade de comércio atacadista de lubrificantes, sem operação até o exercício 2019. Esta Companhia não é mais investida na data-base deste relatório.

## 1.1. Impactos Covid-19

O Covid-19 foi descoberto em dezembro de 2019 na China e chegou a diversos países rapidamente, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que sofreu e ainda vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as Companhias ficaram expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém monitoramento constante sobre a evolução do tema tomando medidas bem como as descritas abaixo, e até o momento não houve expectativas de impactos nas operações da Companhia.

- Implementação de medidas de segurança a fim de salvaguardar a saúde dos clientes e de seus funcionários seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e os decretos estaduais;
- Negociações de prazos e preços com fornecedores visando um melhor relacionamento no cenário de pandemia com o intuito de conter o aumento de preços dos produtos a serem repassados aos clientes;
- Abastecimento constante dos centros de distribuições e lojas, aumento dos esforços na melhoria do “Mateus APP” com a implementação do sistema de entregas “Delivery”.

Face ao cenário de pandemia as observou-se um aumento significativo e atípico no fluxo de clientes e vendas em relação ao mesmo período de 2019, sendo de 24,25% no Varejo e 21,61% no Atacado. Observou-se um maior impacto no setor de Eletro pois durante a pandemia conforme decretos de cada estado as lojas permaneceram fechadas.

A Companhia avaliou estimativas contábeis e verificou que não havia necessidade de adotar novos critérios além dos que já eram adotados pela mesma, a exemplo das provisões de perda em estoque, provisão para devedores duvidosos ou possíveis impactos de *impairment*.

Foram avaliadas novas medidas para o setor financeiro de em especial o contas a pagar e a receber por intermédio do setor de cobrança onde foi avaliado os prazos dados ao clientes e taxas de juros.

Ao todo a Companhia chegou à conclusão que apesar da magnitude da pandemia e dos impactos causados, não houve a necessidade de registro de efeitos que afetem significativamente as informações e a continuidade das operações da mesma. Conforme a evolução será mantido o monitoramento constante da situação e divulgação de novas medidas caso necessário.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e base de elaboração

### 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia (“Demonstrações Financeiras”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e também de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRSs”), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Em conformidade com o OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Proposito Geral, a Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira (Lei das S.As) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

### 2.2. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

O Grupo Mateus elaborou Demonstrações dos Valores Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

### 2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo Mateus revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração do Grupo Mateus é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dizem respeito a:

- **Nota Explicativa nº 6** - constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes;
- **Nota Explicativa nº 7** - As principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- **Nota Explicativa nº 17** - Arrendamentos;
- **Nota Explicativa nº 20** - Mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos;
- **Nota Explicativa nº 22** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais.

## 2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração do Grupo Mateus, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as companhias relacionadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas companhias.

A participação dos acionistas não controladores, sobre as companhias consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as Companhias controladora, controladas ou entre controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das companhias controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as companhias controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

**Alterações na participação que não resultem em mudança de controle**

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas sem essência econômica. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre Companhias sobre o controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócio nos termos do CPC 15R/IFRS 3R.

## 2.5 Reapresentação das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas

Conforme aprimoramentos solicitados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras (IAS 1 – Presentation of Financinal Statements), as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2020 (anteriormente aprovadas pela administração em 14 de agosto de 2020) estão sendo reapresentadas visando refletir aprimoramentos dos seguintes assuntos:

i) Nota Explicativa no 17 - Passivo de arrendamento - foram incluídas divulgações referentes ao direito potencial de PIS e COFINS a recuperar, comparação dos efeitos inflacionários com o fluxo real e indicativo dos ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamentos;

ii) Nota Explicativa no 21 – Patrimônio líquido, item "a) Capital Social " – ajustadas as distribuições dos percentuais da participação das ações entre os acionistas na data de 30 de junho de 2020 (não houve alteração na quantidade de ações por acionista).

## 3. Sumário das principais políticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

**a) Conversão de moeda estrangeira**

**(i) Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual elas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

**(ii) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado corrente.

**b) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**Ativos financeiros**

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

**Classificação de ativos financeiros**

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item **(ii)** abaixo);
- A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

**(i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva**

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Resultado financeiro” (Nota Explicativa nº 22).

**(ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo Mateus administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo;
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de “*hedge*” designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras” no resultado.

**(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado (ver item **(i)** acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado (vide item (i) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens **(i)** e **(ii)** acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros e patrimônio líquido**

**Classificação como dívida ou patrimônio líquido**

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

**Instrumentos patrimoniais**

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

**Passivos financeiros**

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base;
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado**

Passivos financeiros que não sejam: **(i)** contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantidos para negociação, ou **(iii)** designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

**d) Aplicações financeiras**

São representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

**e) Contas a receber**

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de venda de suas controladas Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A., provenientes da venda de atacado e varejo e recebíveis de cartões de crédito.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como “custo amortizado”.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável. O montante de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é reconhecido, quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível.

De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

**f) Estoques**

De acordo com o CPC 16 - Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores.

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. A Companhia ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos, bem como ajustes para correção da eliminação do lucro nos estoques da controlada Supermercado Mateus S.A., onde parte substancial das transações de compra de produtos do Supermercado são realizadas com sua parte relacionada Armazém Mateus S.A.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque.

**g) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

**h) Arrendamentos**

**Direito de uso em arrendamento**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

**Arrendamentos a pagar**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

**Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

**i) Avaliação do valor recuperável dos ativos**

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("*impairment*"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Em conformidade com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("*impairment*") os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por "*impairment*" é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. No período findo em 30 de junho de 2020, não foi identificado "*impairment*" para ativos não financeiros.

**j) Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

**k) Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

**l) Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia reconhece a receita quando: **(i)** os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, **(ii)** for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e **(v)** o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

**m) Subvenções governamentais**

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica “receita operacional líquida” durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

**n) Custo das mercadorias vendidas**

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.
A Administração apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

**o) Tributação sobre a renda**

**Tributos correntes**

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$240;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

**Impostos diferidos**

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

**p) Distribuição de lucros**

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

**q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

**r) Lucro básico e diluído por ação**

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. A Companhia não possui fatores diluidores para mensuração do lucro diluído por ação, desta forma o lucro básico e diluído por ação são iguais.

**s) Mudança nas práticas contábeis e divulgações:**

**Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis**

As novas normas a seguir, emitidas pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia as adotou conforme mencionado abaixo.

**(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil**

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

**Adoção inicial**

A Companhia adotou o CPC 06 de acordo com a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial (isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Administração avaliou os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma, conforme Nota Explicativa No 10 e 17.

A Companhia classificou somente os contratos de aluguéis de imóveis como arrendamentos de acordo com a norma. A controladora não possui movimentação de aluguel. Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de 8,5% ao ano em 1º de janeiro de 2019, obtida nos principais bancos no qual a Companhia possui relacionamento, cuja adoção inicial está demonstrada no quadro abaixo, sem impactos sobre o patrimônio líquido.

| | **Consolidado** |
|---|---|
| **Ativo** | |
| Imobilizado - Direito de uso (nota 9) | 268.663 |
| **Passivo** | |
| Arrendamento mercantil - curto prazo | 58.310 |
| Arrendamento mercantil - longo prazo | 214.853 |
| **Total** | **268.663** |

**(ii) IFRIC 23 - Incertezas no Tratamento de Impostos Sobre a Renda**

Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

A Administração não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma.

**(iii) IAS 19 - Alterações no Plano em Casos de Redução ou Liquidação**

Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados

A Administração não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma.

**Normas a entrar em vigor a partir de 2020**

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. A seguinte norma foi revisada pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2019:

**(i) Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consistem ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia e suas controladas não serão afetadas por essas alterações na data de transição.

**(ii) IAS 1 e IAS 8 - Definição de Materialidade**

Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável.

A Administração não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da norma.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| Caixa | 306 | 16.217 |
| Bancos | 227.246 | 269.893 |
| Aplicações financeiras | 716.574 | 112.153 |
| **Total** | **944.126** | **398.263** |

As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019, em CDB - Certificado de Depósito Bancário de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5. Aplicações financeiras (não circulante)

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| Banco do Nordeste do Brasil S.A. Reservas **(*)** | 13.751 | 14.034 |
| Banco do Nordeste do Brasil S.A. Capitalizações | 852 | 574 |
| **Total** | **14.603** | **14.608** |

**(*)** Refere-se ao depósito para garantia do pagamento do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, mantido em aplicações financeiras de longo prazo.

Durante todo o prazo do contrato, as Companhias devem manter em favor deste contas reservas, com recursos vinculados, no valor em uma conta reserva especial destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da atividade operacional de acordo com a linha contratada.

Essas aplicações financeiras estão classificadas como ativo não circulante por estarem sujeitos a risco de mudança de valor se resgatados antes do prazo, os mesmos são resgatados no prazo médio de 05 anos.

## 6. Contas a receber

### a) Composição dos saldos por tipo de operação

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| Títulos a receber | 375.799 | 378.936 |
| Cartão de crédito | 618.747 | 461.477 |
| **Subtotal** | **994.546** | **840.413** |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (30.515) | (22.877) |
| **Total** | **964.031** | **817.536** |

Segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

| **Saldo em 31/12/2019** | **Movimento** | **Saldo em 30/06/2020** |
|---|---|---|
| (22.877) | (7.638) | (30.515) |

| **Saldo em 31/12/2018** | **Movimento** | **Saldo em 30/06/2019** |
|---|---|---|
| (22.017) | (2.761) | (24.778) |

A Companhia e suas controladas sempre mensuram a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente a Perdas de Crédito Esperadas (PCE). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não há contas a receber dado em garantia pela Companhia e suas controladas.

**b) Composição de saldos por idade de vencimento**

| | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| **A vencer** | **750.655** | **645.430** |
| **Contas a receber - vencidos:** | | |
| De 1 a 30 dias | 153.233 | 96.372 |
| De 31 a 60 dias | 26.588 | 36.053 |
| De 61 a 90 dias | 13.891 | 12.571 |
| De 91 a 180 dias | 14.820 | 15.052 |
| Acima de 180 dias | 35.359 | 34.935 |
| **Total** | **994.546** | **840.413** |

## 7. Estoques

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 0/06/2020 | 31/12/2019 |
| Mercadorias para revenda | 1.576.462 | 1.487.047 |
| Provisão para obsolescência e quebras **(a)** | (5.262) | (4.671) |
| Bonificação em estoques **(b)** | (782) | (3.705) |
| Adiantamento a fornecedores | 17.516 | 18.740 |
| **Total** | **1.587.934** | **1.497.411** |

Movimentação da provisão para obsolescência e quebras:

| Saldo em 31/12/2018 | Movimento | Saldo em 30/06/2019 | Saldo em 31/12/2019 | Movimento | Saldo em 30/06/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| (1.443) | - | (1.443) | (4.671) | (591) | (5.262) |

**(a)** A natureza das operações do comércio atacadista implica em grande movimentação interna de mercadorias. Nestas movimentações ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição.
A Companhia e suas controladas monitoram estas ocorrências através de departamento específico e toma as providências cabíveis para diminuição de sua ocorrência.

**(b)** A Companhia e suas controladas apropriam ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza. As bonificações em estoque recebidas e não realizadas totalizam R$782 em 30 de junho de 2020 (R$3.705 em 31 de dezembro de 2019).

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não há estoques dados em garantia pela Companhia e suas controladas.

## 8. Tributos a recuperar

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a compensar | 5.543 | 4.465 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar - CIAP **(a)** | 31.805 | 23.738 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a recuperar | 729 | 729 |
| Imposto de renda sobre aplicação financeira | 1.195 | 1.182 |
| Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a recuperar | 262 | 262 |
| Programa de Integração Social (PIS) **(a)** | 13.737 | 8.748 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) | 62.601 | 39.932 |
| **Total** | **115.872** | **79.056** |
| | | |
| Circulante | 26.293 | 52.579 |
| Não circulante | 89.579 | 26.477 |
| **Total** | **115.872** | **79.056** |

**(a)** Refere-se substancialmente a créditos decorrente de aquisição de ativos imobilizados. A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de impostos, cuja expectativa de realização é de longo prazo.

A Administração tem avaliado periodicamente a evolução desses créditos acumulados de impostos e a provisão para perdas necessária, objetivando o seu aproveitamento. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas Companhias do Grupo Mateus.

| **Em** | **Consolidado** |
|---|---|
| Em 01 ano | 26.293 |
| De 01 a 02 anos | 89.579 |
| **Total** | **115.872** |

## 9. Imobilizado

| | % - taxa média ponderada de deprec. a.a. | Saldo em 31/12/2019 Consolidado | Adições | Baixas | Transferências | Saldo em 30/06/2020 Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | |
| Terrenos | - | 10.516 | - | - | - | 10.516 |
| Edificações | - | 25.300 | - | - | - | 25.300 |
| Máquinas e equipamentos | - | 326.219 | 39.848 | (137) | 7.954 | 373.884 |
| Móveis e utensílios | - | 97.088 | 6.366 | - | 673 | 104.127 |
| Veículos | - | 29.765 | 69 | - | - | 29.834 |
| Equipamentos de informática | - | 31.133 | 5.367 | - | 72 | 36.572 |
| Construções em andamento | - | 2.350 | 7.330 | - | 295 | 9.975 |
| Imobilizações em andamento **(a)** | - | 300.244 | 5.434 | (2.761) | (8.994) | 293.923 |
| Edificações em imóveis de terceiros **(b)** | - | 438.781 | 136.328 | - | - | 575.109 |
| **Total** | | **1.261.396** | **200.742** | **(2.898)** | **-** | **1.459.240** |
| | | | | | | |
| **Depreciação** | | | | | | |
| Edificações | 4 | (9.256) | (1.550) | - | - | (10.806) |
| Máquinas e equipamentos | 10 | (132.843) | (18.018) | - | - | (150.861) |
| Móveis e utensílios | 10 | (43.759) | (4.892) | - | - | (48.651) |
| Veículos | 20 | (24.418) | (1.353) | - | - | (25.771) |
| Equipamentos de informática | 20 | (20.382) | (2.587) | - | - | (22.969) |
| Edificações em imóveis de terceiros | 10 | (209.962) | (25.182) | - | | (235.144) |
| **Total** | | **(440.620)** | **(53.582)** | **-** | **-** | **(494.202)** |
| | | | | | | |
| **Saldo** | | **820.776** | **147.160** | **(2.898)** | **-** | **965.038** |

| | % - taxa média ponderada de deprec. a.a. | Saldo em 31/12/2018 Consolidado | Adições | Baixas | Transferências | Saldo em 30/06/2019 Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | |
| Terrenos | - | 425 | 30 | - | - | 455 |
| Edificações | - | 25.300 | - | - | - | 25.300 |
| Máquinas e equipamentos | - | 248.637 | 56.764 | (7) | 205 | 305.599 |
| Móveis e utensílios | - | 79.838 | 941 | (5) | 353 | 81.127 |
| Veículos | - | 28.762 | 495 | (50) | - | 29.207 |
| Equipamentos de informática | - | 25.539 | 2.414 | (2) | - | 27.951 |
| Construções em andamento | - | - | 1.119 | (561) | (558) | - |
| Imobilizações em andamento **(a)** | - | 222.277 | 36.053 | (49.030) | - | 209.300 |
| Edificações em imóveis de terceiros **(b)** | - | 429.819 | 12.475 | (7) | - | 442.287 |
| **Total** | | **1.060.597** | **110.291** | **(49.662)** | **-** | **1.121.226** |
| | | | | | | |
| **Depreciação** | | | | | | |
| Edificações | 4 | (8.242) | (505) | - | - | (8.747) |
| Máquinas e equipamentos | 10 | (104.591) | (13.204) | - | - | (117.795) |
| Móveis e utensílios | 10 | (35.471) | (7.110) | - | - | (42.581) |
| Veículos | 20 | (19.126) | (2.636) | 1 | - | (21.761) |
| Equipamentos de informática | 20 | (16.141) | (1.823) | - | - | (17.964) |
| Edificações em imóveis de terceiros | 10 | (172.201) | (20.655) | 1 | - | (192.855) |
| **Total** | | **(355.772)** | **(45.933)** | **2** | **-** | **(401.703)** |
| | | | | | | |
| **Saldo** | | **704.825** | **64.358** | **(49.660)** | **-** | **719.523** |

**(a)** Referem-se às construções e expansões nos centros de distribuição e lojas, em conexão com o plano de crescimento esperado da Companhia e suas controladas;

**(b)** Referem-se às construções e expansões nos centros de distribuições alugados com a Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, sendo esta revisada no encerramento de cada exercício com base em suas análises, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que pudessem modificar a vida útil ou reduzir o valor de realização de seus ativos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

As subsidiárias captam empréstimos para à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), os juros de empréstimos atribuídos ao imobilizado são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia nas operações de empréstimos e financiamentos, nos valores de R$ 82.562 e R$ 267.096 respectivamente.

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o período findo em 30 de junho de 2020 foi de R$ 284.350 (R$ 59.613 em 31 de dezembro de 2019). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 4,65% (12,09% em 31 de dezembro de 2019) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pelas Companhias subsidiarias.

## 10. Ativos de direito de uso

| | %taxa média ponderada de deprec. a.a. | Saldo em 31/12/2019 Consolidado | Adições | Baixas | Saldo em 30/06/2020 Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | |
| Direito de uso de arrendamento | - | 453.048 | 118.319 | - | 571.367 |
| Depreciação | 18.72 | (61.239) | (45.702) | - | (106.941) |
| **Total** | | **391.809** | **72.617** | **-** | **464.426** |

| | % taxa média ponderada de deprec. a.a. | Saldo em 01/01/2019 Consolidado | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2019 Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | |
| Direito de uso de arrendamento | - | 326.019 | 127.029 | - | 453.048 |
| Depreciação | 13,52 | (57.356) | (3.883) | - | (61.239) |
| **Total** | | **268.663** | **123.146** | **-** | **391.809** |

**(a)** A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador (parte relacionada vide Nota Explicativa nº 19), pelo prazo de 01 a 20 anos.

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 30 de junho de 2020, foi a seguinte:

O montante reconhecido em 2019 na adoção inicial R$326.019 não afetou as demonstrações de fluxo de caixa e a depreciação do direito de uso em arrendamento no montante de R$57.356 foi reconhecida como custo operacional no exercício.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto de 8,85%, com base em consulta a instituições financeiras, média ponderada das captações do exercício.

## 11. Investimentos (controladora)

| | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| **Participações em Companhias controladas** | | |
| Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. | 41.347 | 40.498 |
| Indústria Blanco Ltda. | - | 9.816 |
| Armazém Mateus S.A. | 2.076.788 | 1.790.653 |
| Mateus Supermercados S.A. | 56.930 | 47.598 |
| Posterus Supermercados Ltda. | 66.583 | - |
| Rio Balsas Part. e Empreend. Ltda. | 10.775 | - |
| **Total** | **2.252.423** | **1.888.565** |

**a)** Braslub Distribuidora Ltda. é uma sociedade limitada, que foi constituída em 19 de setembro de 2016 e não apresentou operações até 31 de dezembro de 2019 e seu patrimônio líquido imaterial não apresenta reflexos de equivalência patrimonial. Em 30 de junho a Braslub não era mais controlada.

**Resumo dos investimentos**

| | Participação | | Patrimônio líquido | | Capital Social | | Lucro líquido | | Lucro não realizado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2020** | **2019** | **2020** | **2019** | **2020** | **2019** | **2020** | **2019** | **2020** | **2019** |
| Participações em empresas controladas | | | | | | | | | | |
| Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. **(a)** | 98% | 98% | 42.166 | 41.324 | 50 | 50 | 426 | 2.770 | 25 | - |
| Indústria Blanco Ltda. **(b)** | - | 99,99% | - | 9.823 | - | 50 | - | (435) | - | - |
| Armazém Mateus S.A. | 99,99% | 99,99% | 2.077.637 | 1.820.196 | 1.036.262 | 1.036.262 | 180.464 | 332.915 | - | - |
| Mateus Supermercados S.A. | 99,99% | 99,99% | 78.631 | 76.590 | 71.641 | 71.641 | 968 | 2.152 | 8.289 | 293 |
| Posterus Supermercados Ltda. | 96,27% | - | 68.729 | - | 69.098 | - | 62 | - | 418 | - |
| Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. | 99,99% | - | 10.776 | - | 2.200 | - | (58) | - | - | - |

**Movimentação**

| Controladora | Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. | Posterus Supermercados | Rio Balsas | Indústria Blanco Ltda. | Armazém Mateus S.A. | Mateus Supermercados S.A. | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **37.783** | **-** | **-** | **-** | **1.457.773** | **45.152** | **1.540.708** |
| Resultado da equivalência patrimonial | 2.715 | - | - | (440) | 332.880 | 2.153 | 337.308 |
| (-/+) Lucro não realizado nos estoques | - | - | - | - | - | 293 | 293 |
| Aporte de capital | - | - | - | 10.256 | - | - | 10.256 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **40.498** | **-** | **-** | **9.816** | **1.790.653** | **47.598** | **1.888.565** |
| Resultado da equivalência patrimonial | 824 | 60 | (58) | 598 | 286.773 | 1.600 | 289.797 |
| (-/+) Lucro não realizado nos estoques | 25 | 418 | - | - | - | 7.856 | 8.299 |
| (-) Bonificações em estoque | - | - | - | - | (638) | (124) | (762) |
| (-) Reversão de investimento | - | - | - | (10.414) | - | - | (10.414) |
| Aporte de capital | - | 66.105 | 10.833 | - | - | - | 76.938 |
| **Saldo em 30 de junho de 2020** | **41.347** | **66.583** | **10.775** | **-** | **2.076.788** | **56.930** | **2.252.423** |

**(a)** A Indústria de Pães passou a ser controlada pelo Grupo Mateus (Exitus) em 24 de janeiro de 2018, por meios da cessão de direitos das ações que o acionista Ilson Mateus detinha na Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda., no montante de R$33.800, o qual reflete os valores de livros do patrimônio líquido nessa investida na data da transação, uma vez que a operação foi efetuada entre partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico e sob controle comum;

**(b)** As Indústrias Blanco passaram a ser controlada pelo Grupo Mateus (Exitus) em 13 de junho de 2019 por meio de seu contrato de constituição de sociedade limitada onde o Grupo Mateus (Exitus) passa a ter 99,99% das ações e consequentemente seu controle.

## 12. Fornecedores

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| De produtos | 623.412 | 522.980 |
| De serviços | 29.107 | 16.589 |
| De imobilizado | 24.455 | 9.985 |
| De consumo | 17.108 | 370 |
| **Total** | **694.082** | **549.924** |

**Acordos comerciais**

Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

## 13. Empréstimos e financiamentos

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| "*Leasing*" **(a)** | 72.365 | 46.391 |
| Capital de giro **(b)** | 546.441 | 293.811 |
| Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame) **(c)** | 93.957 | 55.902 |
| **Total** | **712.763** | **396.104** |
| | | |
| Circulante | 196.125 | 159.759 |
| Não circulante | 516.638 | 236.345 |
| **Total** | **712.763** | **396.104** |

**(a)** Os financiamentos para aberturas de novas unidades e reforma dos centros de distribuições atuais possuem juros anuais variando de 1,01% a 1,81% mais correção pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), e como garantia os próprios bens financiados no valor R$1.358, além do aval dos sócios. O vencimento final é em 30 de novembro de 2023;

**(b)** Os empréstimos para capital de giro são realizados para evitar atrasos nos pagamentos e fazer fluxo de caixa frente às vendas efetuadas a prazo, principalmente nos setores de bazar e eletro com taxas de juros anuais variando de 7,06% a 19,13% + CDI, possuem como garantia o aval dos sócios. O vencimento final é em 12 de junho de 2026;

**(c)** Os Financiamentos para Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Finame) possuem taxa de juros anuais variando de 3,0 a 3,5% e correção pela UR - TJLP com variações entre 5,0% na modalidade PSI - Programa BNDES de sustentação ao investimento, e como garantia os próprios bens financiados e duplicatas, além do aval dos sócios. O vencimento final é em 15 de janeiro de 2025.

A movimentação dos saldos circulante e não circulante de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é demonstrada a seguir:

| | 31/12/2019 | Captação | Atualizações | Principal | Juros | 30/06/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| *Leasing* | 46.391 | 33.674 | 3.485 | -8.159 | -3.026 | 72.365 |
| Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame) | 55.902 | 57.126 | 4.410 | -16.572 | -6.909 | 93.957 |
| Capital de giro | 293.811 | 284.350 | 13.467 | -39.914 | -5.273 | 546.441 |
| **Total** | **396.104** | **375.150** | **21.362** | **-64.645** | **-15.208** | **712.763** |

| | 31/12/2018 | Captação | Atualizações | Principal | Juros | 30/06/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| *Leasing* | 35.374 | 1.244 | 2.589 | (5.943) | (2.583) | 30.681 |
| Financiamentos | 61.478 | 29.033 | 7.942 | (31.442) | (8.699) | 58.312 |
| Empréstimos | 364.649 | 14.113 | 3.332 | (78.350) | (8.661) | 295.083 |
| **Total** | **461.501** | **44.390** | **13.863** | **(115.735)** | **(19.943)** | **384.076** |

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

| | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| 2021 | 96.028 | 82.305 |
| 2022 | 175.190 | 64.847 |
| 2023 | 109.347 | 37.338 |
| 2024 | 73.522 | 22.693 |
| 2025 | 39.541 | 15.810 |
| A partir de 2026 | 23.010 | 13.352 |
| **Total** | **516.638** | **236.345** |

**Cláusulas restritivas**

De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia e suas controladas obrigam-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas ("*covenants*") sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia e suas controladas, encerramento de conta depósito no banco, solicitação de recuperação judicial, contratação de seguros obrigatórios, fianças, entre outros. Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia e suas controladas não têm conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

**Garantias e fianças**

As investidas "Mateus Supermercado S.A". e "Armazém Mateus S.A." são fiadoras/avalistas solidárias e interveniente garantidora dos empréstimos e financiamentos da parte relacionada "Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.".

Os contratos da "Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda." que as empresas supra citada são fiadoras/avalistas totalizaram R$ 254.092 em 30 de junho de 2020, conforme seguem abaixo:

| Descrição | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| Financiamento CRI - Crédito Imobiliário (Itaú) | 58.242 | 61.761 |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI 212 (XP investimentos) | 195.850 | - |
| **Total** | **254.092** | **61.761** |

## 14. Debêntures

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2019** | **Captação** | **Juros** | **Amortização** | **30/06/2020** |
| Série única **(a)** | - | - | - | - | - |
| Série única **(b)** | 231.490 | - | 6.266 | (6.266) | 231.490 |
| 1ª Série **(c)** | 57.405 | - | 1.583 | (6.976) | 52.012 |
| 2ª Série **(c)** | 30.844 | - | 319 | (5.800) | 25.363 |
| 1ª Série **(d)** | 147.496 | - | 4.986 | (4.986) | 147.496 |
| 2ª Série **(d)** | 36.874 | - | 948 | (5.393) | 32.429 |
| **Total** | **504.109** | **-** | **14.102** | **(29.421)** | **488.790** |
| | | | | | |
| Circulante | 30.503 | - | - | - | 29.884 |
| Não circulante | 473.606 | - | - | - | 458.906 |
| **Total** | **504.109** | **-** | **-** | **-** | **488.790** |

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2018** | **Captação** | **Juros** | **Amortização** | **30/06/2019** |
| Série única **(a)** | 35.258 | - | 2.268 | (7.470) | 30.056 |
| 1ª Série **(c)** | 62.271 | - | 3.156 | (5.300) | 60.127 |
| 2ª Série **(c)** | 33.458 | - | 1.427 | (6.427) | 28.458 |
| 1ª Série **(d)** | 160.000 | - | 6.066 | (6.066) | 160.000 |
| 2ª Série **(d)** | 40.000 | - | 1.793 | (2.534) | 39.259 |
| **Total** | **330.987** | **-** | **14.710** | **(27.797)** | **317.900** |
| | | | | | |
| Circulante | 37.264 | - | - | - | 37.011 |
| Não circulante | 293.723 | - | - | - | 280.889 |
| **Total** | **330.987** | **-** | **-** | **-** | **317.900** |

**(a)** Em 20 de dezembro de 2014, o Mateus Supermercados emitiu a série única de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, no montante total de R$60.000 e R$100 por debênture, com vencimento em 20 de dezembro de 2021 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,3% a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "*caput*", da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;

**(b)** Em 12 de novembro de 2019, o Mateus Supermercados emitiu a série única de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações e nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza, no montante total de R$230.000 e R$1000 por debênture, com vencimento em 12 de novembro de 2026 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,00% a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de que trata o Artigo 19, "*caput*", da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/ 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;

**(c)** Em 10 de janeiro de 2017, o Armazém Mateus emitiu em duas séries, debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações sendo elas, 1ª Série no montante de R$60.000, e 2ª Série no montante de R$40.000 e R$1 por debênture com vencimentos em 10 de janeiro de 2025 e 10 de janeiro de 2022 respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,30% a.a. As debêntures da 2ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,10% a.a. Ambas estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de que trata o Artigo 19, "*caput*", da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;

**(d)** Em 14 de novembro de 2018, o Armazém Mateus emitiu em duas séries, debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações sendo elas, 1ª Série no montante de R$160.000, e 2ª Série no montante de R$40.000 e R$1 por debênture, com vencimentos em 14 de novembro de 2026 e 14 de novembro de 2023 respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,35% a.a. As debêntures da 2ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,18% a.a. Ambas estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de que trata o Artigo 19, "*caput*", da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

Seguem as características gerais das debêntures das debêntures das controladas:

| Séries | Qtde. em circulação | Remuneração | Pagamento dos juros |
|---|---|---|---|
| Série única | 6.000 | 100% DI + 2,30% | Trimestral até agosto de 2015 e trimestral até o vencimento |
| Série única | 230.000 | 100% DI + 2,00% | Trimestral até novembro de 2021 e mensal até o vencimento |
| 1ª Série | 60.000 | 100% DI + 3,30% | Trimestral até janeiro de 2019 e trimestral até o vencimento |
| 2ª Série | 40.000 | 100% DI + 3,10% | Trimestral até janeiro de 2018 e trimestral até o vencimento |
| 1ª Série | 160.000 | 100% DI + 2,35% | Trimestral até agosto de 2020 e mensal até o vencimento |
| 2ª Série | 40.000 | 100% DI + 2,18% | Trimestral até maio de 2019 e mensal até o vencimento |

**Garantias da primeira e segunda emissão**

Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre o Armazém Mateus, o agente fiduciário e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco mandatário, em observância ao disposto no artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04.

**Cláusulas restritivas**

De acordo com o contrato de financiamento, as controladas Armazém Mateus e Mateus Supermercados obrigam-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas ("*covenants*") sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida:

**a)** Apuração anual, dentro do período de amortização da dívida, da dívida líquida pelo "*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA", a qual deve obedecer ao limite de 2 a 2,5% vezes;

**b)** Outras condições contratuais tais como aplicação do recurso no centro de distribuição e abastecimento do mesmo com estoques, entre outros.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as controladas cumpriram com os referidos "*covenants*", quando aplicáveis.

**Vencimento das parcelas de longo prazo**

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
| 2021 | 49.590 | 64.292 |
| 2022 | 94.056 | 94.056 |
| 2023 | 90.815 | 90.815 |
| 2024 | 82.667 | 82.667 |
| 2025 | 75.167 | 75.165 |
| A partir de 2026 | 66.611 | 66.611 |
| **Total** | **458.906** | **473.606** |

## 15. Obrigações trabalhistas

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| Salários a pagar | 40.084 | 37.977 |
| Provisão de férias | 73.881 | 68.094 |
| Provisão 13º Salário | 27.562 | - |
| Rescisões a pagar | 321 | 284 |
| Contribuição sindical | 104 | 174 |
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher | 43.287 | 13.714 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | 1.334 | 2.439 |
| Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) | 14.142 | 4.422 |
| **Total** | **200.715** | **127.104** |

## 16. Obrigações tributárias

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) | 52.146 | 46.821 |
| PIS e Cofins retido na fonte | 345 | 365 |
| PIS e Cofins a recolher | 33.500 | 2.843 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) | 5.125 | 6.118 |
| Contribuição social sobre Lucro Líquido (CSLL) | 1.875 | 2.237 |
| Outros | 1.408 | 1.407 |
| Imposto Sobre Serviços (ISS) | 308 | 276 |
| **Total** | **94.707** | **60.067** |

## 17. Passivo de arrendamento

A amortização do passivo de arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo de 15 anos.

A movimentação do arrendamento a pagar, foi a seguinte:

| | % taxa média ponderada de amort. a.a. | Saldo em 01/01/2019 Consolidado | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2019 Consolidado | Adições | Baixas | Saldo em 30/06/2020 Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo | | | | | | | | |
| Passivo de arrendamento | - | 421.858 | 319.145 | (82.763) | 658.240 | 221.317 | (63.000) | 816.557 |
| ( - ) Juros a apropriar | 43,54 | (153.195) | (134.761) | 19.966 | (267.990) | (104.944) | 17.401 | (355.533) |
| **Total** | | **268.663** | **184.384** | **(62.797)** | **390.250** | **116.373** | **(45.599)** | **461.024** |
| **Circulante** | | **53.810** | | | **64.392** | **-** | **-** | **78.374** |
| **Não circulante** | | **214.853** | | | **325.858** | **-** | **-** | **382.650** |

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

| Ano de vencimento | Consolidado |
|---|---|
| | 30/06/2020 |
| 2021 | 59.951 |
| 2022 | 40.695 |
| 2023 | 38.162 |
| 2024 | 35.441 |
| 2025 em diante | 295.944 |
| Juros embutidos | (87.543) |
| **Total** | **382.650** |

O indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados abaixo:

| | Nominal | Ajustado valor presente |
|---|---|---|
| Fluxo de caixa | Consolidado | Consolidado |
| Contraprestação do arrendamento | 636.598 | 453.048 |
| PIS/Cofins potencial (9,25%) | 58.885 | 41.907 |

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGPM estimado pela FGV para 2020 de 4,3% representam os seguintes montantes:

| Ativos de direito de uso | | Passivos de Arrendamento | |
|---|---|---|---|
| | Consolidado | | Consolidado |
| **Fluxo real** | **30/06/2020** | **Fluxo real** | **30/06/2020** |
| Direito de uso | 571.367 | Passivo de arrendamento | 816.557 |
| Depreciação | (106.941) | Despesa financeira | (355.533) |
| | **464.426** | | **461.024** |

| | Consolidado | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| **Fluxo inflacionado** | **30/06/2020** | **Fluxo inflacionado** | **30/06/2020** |
| Direito de uso | 595.936 | Passivo de arrendamento | 851.669 |
| Depreciação | -111.539 | Despesa financeira | -370.821 |
| | **484.396** | | **480.848** |

Os ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento, sendo arrendamentos de curto prazo ou arrendamentos de baixo valor, geraram impacto no resultado conforme abaixo:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 01/01/2020 a 30/06/2020 | 01/01/2020 a 31/12/2019 |
| Aluguel de imóveis | (38.601) | (52.295) |
| | **(38.601)** | **(52.295)** |

## 18. Tributos parcelados

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| Parcelamento de ICMS **(a)** | 1.382 | 1.332 |
| Parcelamento Refis **(b)** | 3.004 | 3.179 |
| Parcelamento tributos federais **(c)** | 1.537 | 326 |
| Parcelamento IRPJ **(d)** | - | 1.046 |
| **Total** | **5.923** | **5.883** |
| | | |
| Circulante | 1.406 | 1.269 |
| Não circulante | 4.517 | 4.614 |
| **Total** | **5.923** | **5.883** |

| | 30/06/2020 | | | 31/12/2019 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Valor do principal** | **Multas e juros** | **Total** | **Valor do principal** | **Multas e juros** | **Total** |
| **Circulante** | | | | | | |
| Parcelamento de ICMS **(a)** | 494 | 161 | 655 | 446 | 145 | 591 |
| Parcelamento Refis **(b)** | 345 | 183 | 528 | 333 | 174 | 507 |
| Parcelamento tributos federais **(c)** | 173 | 50 | 223 | 39 | 12 | 51 |
| Parcelamento IRPJ **(d)** | - | - | - | 96 | 24 | 120 |
| **Total circulante** | **1.012** | **394** | **1.406** | **914** | **355** | **1.269** |
| | | | | | | |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Parcelamento de ICMS **(a)** | 543 | 184 | 727 | 553 | 188 | 741 |
| Parcelamento Refis **(b)** | 1.574 | 902 | 2.476 | 1.716 | 956 | 2.672 |
| Parcelamento tributos federais **(c)** | 992 | 322 | 1.314 | 210 | 65 | 275 |
| Parcelamento IRPJ **(d)** | - | - | - | 695 | 231 | 926 |
| **Total não circulante** | **3.109** | **1.408** | **4.517** | **3.174** | **1.440** | **4.614** |

**(a)** Até 30 de junho de 2020, foram realizados 07 novos parcelamentos de ICMS em 24, 36, 48 e 60 parcelas, cujos vencimentos estão para 2021, 2023, 2024 e 2025. Em 2019, foram realizados parcelamentos de ICMS em 36, 48 e 60 parcelas, cujo vencimento estão para 2022, 2023 e 2024 respectivamente. No ano de 2018, foram realizados parcelamentos de ICMS, cujo vencimento final é em agosto de 2022, com 48 parcelas.

**(b)** No ano de 2014, o Mateus Supermercados aderiu ao Refis, instituído pela Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, cujo vencimento é em fevereiro de 2032, com 175 parcelas.

**(c)** No ano de 2017, foi realizado um parcelamento de tributos federais, cujo vencimento final é em abril de 2027, com 120 parcelas.

**(d)** No ano de 2011, foram realizados parcelamentos de IRPJ, cujo vencimento final é em agosto de 2030, em 180 parcelas.

Não há garantias ou arrolamento de bens relacionados aos parcelamentos de tributos da Companhia e suas controladas.

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| 2021 | 742 | 758 |
| 2022 | 719 | 734 |
| 2023 | 423 | 433 |
| 2024 | 387 | 395 |
| 2025 | 387 | 395 |
| A partir de 2026 | 1.859 | 1.899 |
| **Total** | **4.517** | **4.614** |

## 19. Partes relacionadas

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| **Ativo não circulante** | | |
| Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda. **(c)** | 42.891 | 62.908 |
| Armazém Mateus | 3 | - |
| Mateus Eletrônica Ltda. **(d)** | 3.885 | 3.988 |
| Posterus Supermercados Ltda. | - | 5.928 |
| It Happens Ltda. **(a)** | 1.627 | 1.827 |
| **Total** | **48.406** | **74.651** |
| | | |
| **Passivo não circulante** | | |
| Mateus Locações e Empreendimentos Ltda. **(e)** | 56.578 | 78.578 |
| Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda | - | 8.122 |
| Industria de Pães e Massas | 6 | - |
| Indústrias Blanco Ltda **(h)** | 10.504 | - |
| Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda. **(f)** | 14.444 | 19.185 |
| Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda. **(g)** | 4.946 | 216 |
| Mateus Supermercados Ltda. | 1 | - |
| Posterus Supermercados Ltda. **(b)** | - | 263 |
| **Total** | **86.479** | **106.364** |
| | | |
| **Passivos de arrendamentos** | | |
| Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda. **(h)** | 461.024 | 390.250 |
| | | |
| **Despesas de aluguel** | | |
| Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. | - | 29.388 |
| | | |
| **Despesas financeiras de arrendamento** | | |
| Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda. | 14.561 | 19.510 |

**(a) It Happens Ltda.**

O saldo refere-se a títulos em aberto da prestação de serviços da It Happens Ltda. sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para o ano de 2020.

**(b) Posterus Supermercados Ltda.**

O saldo refere-se a títulos com a Posterus Supermercados Ltda. sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para o ano de 2020.

**(c) Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.**

O saldo refere-se a títulos a receber pelo Armazém Mateus S.A. sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para ano de 2020.

**(d) Mateus Eletrônica Ltda.**

O saldo refere-se a títulos a receber do Supermercado por vendas efetuadas à Mateus Eletrônica Ltda. sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para o ano de 2020.

**(e) Mateus Locações e Empreendimentos Ltda.**

O Armazém faz sua própria logística e distribuição e se utilizava de veículos locados da Mateus Locações. A Companhia deixou de realizar locação de veículos desde 2013. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para 2020.

**(f) Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda.**

O saldo é composto por R$14.444 com o Armazém Mateus S.A. onde o mesmo é abastecido especialmente nos produtos de fraldas. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para o ano de 2020.

**(g) Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.**

O saldo de R$4.946 referente ao aluguel dos imóveis locados pela Tocantins Part. e Empreendimentos Ltda. ao Mateus Supermercados S.A. para realização de suas atividades operacionais por meio de contrato de locação. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para 2020. Não há incidência de juros. O valor registrado como passivo de arrendamento também é um saldo a ser pago à Tocantins. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 18.

**(h) Indústria Blanco Ltda.**

O saldo é composto por R$ 10.504 se refere a venda de mercadorias para Armazém Mateus e Mateus Supermercados.

**Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas**

O grupo não possui conselho de Administração e, portanto, não há valores a serem apresentados. A remuneração paga aos administradores e diretores foi conforme demonstrado na tabela a seguir:

| | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| Remunerações de curto prazo a diretores e administradores | 143 | 404 |
| **Total** | **143** | **404** |

## 20. Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

**a)** A provisão para riscos, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| Trabalhistas, cíveis e tributários | 15.155 | 15.088 |
| **Total** | **15.155** | **15.088** |

A seguir a movimentação das provisões:

| | **Trabalhistas** | **Tributarias** | **Cíveis** | **Total** |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | **2.057** | **485** | **380** | **2.922** |
| Movimento | 9.347 | 1.958 | 861 | 12.166 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **11.404** | **2.443** | **1.241** | **15.088** |
| Movimento | 67 | - | - | 67 |
| **Saldos em 30 de junho de 2020** | **11.471** | **2.443** | **1.241** | **15.155** |

A Companhia e suas controladas também figuram como parte em alguns processos judiciais trabalhistas e cíveis que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas. Em 30 de junho de 2020, o valor das causas dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R$ 10.233 (R$7.176 em 31 de dezembro de 2019).

As companhias do Grupo Mateus têm um certo número de processos administrativos e tributários decorrentes de reclamações e auto de infração decorrentes de auditorias fiscais. As principais causas de processos da qual as Companhias do Grupo Mateus figuram como uma das partes, estão descritos a seguir:

- **Trabalhistas**

  As companhias do Grupo Mateus são partes em sua maioria de processos relacionados a assuntos trabalhistas originados a partir de procedimentos administrativos iniciados por ex-funcionários, órgãos públicos, terceirizados e etc. A maioria dos processos originam-se por conta de reclamações sobre a jornada de trabalho, acidentes de trabalho e demandas relacionadas a comprovações de cumprimento da legislação trabalhista.

- **Cíveis**

  O Grupo Mateus é parte de processos originados por meio de desentendimentos ocorridos no interior das lojas, causando aos clientes danos, seja eles materiais ou morais.

- **Tributários**

  O Grupo Mateus é parte constante de auditorias fiscais e através destas, é notificada através de autos de infração ocasionados por divergências de informações emitidas aos órgãos públicos responsáveis.

**Depósitos judiciais - ativos não circulantes**

A Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
| Trabalhistas e cíveis | 13.300 | 11.912 |
| **Total** | **13.300** | **11.912** |

# 21. Patrimônio líquido

## a) Capital social

O capital social integralizado em 30 de junho de 2020 é de R$ 1.863.829 e está representado por 1.863.829.195 ações nominativas, no valor de R$ 1,00 cada uma (R$911.201 em 31 de dezembro de 2019 e está representado por 911.201.000 ações nominativas, no valor de R$1,00 cada uma).

| | **30/06/2020** | **%** | **31/12/2019** | **%** |
|---|---|---|---|---|
| | Ações | | Ações | |
| Ilson Mateus Rodrigues | 983.148.486 | 52,75 | 464.712.510 | 51,00 |
| Maria Barros Pinheiro | 717.485.181 | 38,49 | 363.751.440 | 39,92 |
| Ilson Mateus Rodrigues Junior | 81.597.764 | 4,38 | 41.368.525 | 4,54 |
| Denílson Pinheiro Rodrigues | 81.597.764 | 4,38 | 41.368.525 | 4,54 |
| **Total** | **1.863.829.195** | **100** | **911.201.000** | **100** |

## b) Apuração dos dividendos e destinação do lucro

| | **30/06/2020** | **31/12/2019** |
|---|---|---|
| Lucro líquido do período/exercício | 297.176 | 337.601 |
| (-) Constituição da reserva legal (5%) | (14.859) | (16.880) |
| Lucro líquido do período/exercício após constituição de reserva legal | 282.317 | 320.721 |
| Dividendo mínimo obrigatório (25%) | 70.579 | 80.180 |

Conforme Assembleia realizado no dia 18 de março de 2020, os acionistas em comum acordo resolvem pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, destinando os mesmos para melhorias e expansão das atividades econômicas do Grupo Mateus.

De acordo com o estatuto do Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A., do resultado apurado no exercício, 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o limite de 20% do capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Depois disso, os resultados do exercício social serão distribuídos entre os acionistas, na forma abaixo:

**(i)** 25% para o pagamento de dividendos aos acionistas, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/76;

**(ii)** O saldo restante deverá ter sua destinação conforme estabelecido pela Assembleia Geral.

**c) Adiantamento para futuro aumento de capital e integralização de capital**

Em 31 de dezembro de 2018, o acionista Ilson Mateus realizou os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital:

**i)** Adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia, em 24 de janeiro de 2018, por meio da cessão de direitos das ações que o acionista Ilson Mateus detinha na Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda., no montante de R$33.800, o qual reflete os valores de livros do patrimônio líquido nessa investida na data da transação, uma vez que a operação foi efetuada entre partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico e sob controle comum. Ver divulgação adicional na Nota Explicativa de Investimentos nº 11;

**ii)** Adiantamento para futuro aumento de capital na controlada Armazém Mateus S.A., em 31 de março de 2018, no montante de R$58.355, em espécie, os quais serão integralizados ao capital social na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2019, o acionista Ilson Mateus realizou os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital:

**i)** Adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia, em 13 de junho de 2019, por meio da cessão de direitos das ações que o acionista Ilson Mateus detinha na empresas Indústria Blanco Ltda., no montante de R$10.256, o qual reflete os valores de livros do patrimônio líquido dessa investida na data da transação, uma vez que a operação foi efetuada entre partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico e sob controle comum. A Indústria Blanco Ltda. foi constituída em 13 de junho de 2019, tendo um aporte de capital do acionista Ilson Mateus em dinheiro no montante de R$10.256.

Em 30 de junho de 2020, o acionista Ilson Mateus realizou os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital:

**i)** Adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia, em 30 de junho de 2020, através da cessão de direitos das ações que o acionista Ilson Mateus detinha na empresas Posterus Supermercados Ltda., no montante de R$66.105, o qual reflete os valores de livros do patrimônio líquido dessa investida na data da transação, uma vez que a operação foi efetuada entre partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico e sob controle comum. A Posterus Supermercados Ltda. foi constituída em 31 de junho de 2017.

**ii)** Adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia, em 30 de junho de 2020, através da cessão de direitos das ações que o acionista Ilson Mateus detinha na empresas Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda., no montante de R$ 10.834, o qual reflete os valores de livros do patrimônio líquido dessa investida na data da transação, uma vez que a operação foi efetuada entre partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico e sob controle comum. A Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. foi constituída em 09 de julho de 2007.

**iii)** Em 30 de junho de 2020, por meio da 1° alteração contratual, a empresa Indústria Blanco Ltda, deixou de ser controlada do Grupo Mateus S.A havendo a reversão do AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R$ 10.256 o qual reflete os valores de livros do patrimônio líquido da controladora.

## 22. Imposto de renda e contribuição social

### a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2020, a Companhia não apresentou registro de impostos diferidos ativos líquidos (R$0 em 31 de dezembro de 2019), calculados sobre diferenças temporariamente não dedutíveis, a alíquota combinada de 34%. A Companhia optou por realizar a baixa do imposto diferido ativo a que faz jus por não haver perspectivas de lucros tributáveis.

| | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 30.515 | 22.877 |
| Provisão para não realização de estoques | 5.263 | 4.670 |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários | 15.155 | 15.088 |
| **Total** | **50.933** | **42.635** |
| | | |
| Imposto de renda e contribuição social sobre diferença fiscal temporária (34%) | 17.317 | 14.496 |
| (-) Provisão para realização | (17.317) | (14.496) |
| **Total de IR e CSSL diferidos contabilizados** | **-** | **-** |

As controladas da Companhia, Armazém Mateus e Mateus Supermercados, tem gozado de incentivos fiscais em suas operações, cujos incentivos têm sido excluídos da tributação do imposto de renda e da contribuição social nos respectivos exercícios fiscais do reconhecimento destes incentivos. Em linha com a lei complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017, todos os incentivos e benefícios fiscais passaram a ser considerados como subvenção para investimento, sendo a sua tributação diferida até a distribuição destes valores aos acionistas da Companhia. Para maiores detalhes ver Nota Explicativa nº 26.

Nas controladas Armazém Mateus e Supermercados Mateus, no período de 2013 a 30 de junho de 2020 foram gerados por esses incentivos lucros no montante de R$2.655.295, caso esses valores fossem distribuídos e, desta forma, a tributação seria devido, o imposto de renda e contribuição social seria de aproximadamente R$902.800. A Companhia, não tem expectativa de distribuição destes valores e, portanto, nenhum reconhecimento de imposto de renda diferido passivo foi realizado nas demonstrações financeiras.

Na controlada Armazém Mateus, em 31 de dezembro de 2019, a controlada possui prejuízo fiscal, base negativa para contribuição social no montante de R$937.441, sobre os quais a Administração optou por não registrar imposto de renda e contribuição social diferidos devido à ausência de perspectiva de lucro tributável futuro suficiente para a realização do ativo em função do histórico de montantes de subvenção fiscal ser superior ao histórico de lucro tributável.

**b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

| | 30/06/2020 | 30/06/2019 |
|---|---|---|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 297.176 | 164.848 |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34% | (101.040) | (56.048) |
| | | |
| **Diferenças temporárias e permanentes:** | | |
| Adições permanentes | - | - |
| Subvenção fiscal | 101.040 | 56.048 |
| Outras adições e exclusões permanentes | - | - |
| IR e CS diferidos não constituídos sobre diferenças | - | - |
| Prejuízos fiscais não constituídos | - | - |
| (-) Baixa/adição de IR e CSLL diferidos | - | - |
| **Total de IR e CSLL sobre o lucro** | **-** | **-** |
| | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - |
| **Total da receita com Imposto de renda e contribuição social** | **-** | **-** |

## 23. Receita líquida de vendas

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 30/06/2020 | 30/06/2019 |
| Mercadoria de revenda | 6.148.162 | 4.806.867 |
| Serviços prestados | 9.968 | 6.832 |
| | | |
| **(-) Deduções da receita:** | | |
| ICMS | (541.503) | (400.545) |
| Cofins | (313.108) | (243.272) |
| PIS | (67.679) | (52.684) |
| ISS | (676) | (383) |
| Devoluções e bonificações | (111.123) | (76.310) |
| **Total** | **5.124.041** | **4.040.505** |

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 30%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à Cofins (alíquota de 0% ou 7,6%).

## 24. Despesas por natureza

**Custo das mercadorias vendidas**

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística. A Acordo Comercial recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes. O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas controladas, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

**Despesas com vendas**

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc. Os gastos com marketing referem-se às campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo Mateus atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo Mateus são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

**Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **30/06/2019** |
| Custo da revenda | (4.044.540) | (3.256.042) |
| Bonificações e verbas | 217.967 | 223.357 |
| Despesas com pessoal | (462.173) | (372.906) |
| Acordos trabalhistas | (533) | (1.393) |
| Depreciação e amortização | (53.582) | (45.933) |
| Depreciação de arrendamento | (45.702) | (28.585) |
| Água, luz e telefone | (47.507) | (3.442) |
| Fretes e transportes | (61.920) | (40.809) |
| Material de consumo | (33.702) | (31.798) |
| Serviços prestados | (69.020) | (61.402) |
| Impostos e taxas | (4.673) | (5.295) |
| Seguros | (3.689) | (716) |
| Viagens e treinamentos | (15.936) | (29.728) |
| Aluguéis e condomínios | (40.472) | (83.293) |
| Manutenções | (15.887) | (20.401) |
| Publicidade e propaganda | (8.347) | (9.545) |
| Despesas gerais | (55.104) | (48.822) |
| **Total** | **(4.744.820)** | **(3.816.753)** |
| | | |
| Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas | (3.826.573) | (3.032.685) |
| Despesas administrativas, gerais e de vendas | (918.247) | (784.068) |
| **Total** | **(4.744.820)** | **(3.816.753)** |

## 25. Resultado financeiro

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **30/06/2019** |
| **Receitas financeiras** | | |
| Juros sobre títulos recebidos | 15.862 | 17.520 |
| Deságio do precatório | - | 15.011 |
| Juros sobre aplicações financeiras | 972 | 2.400 |
| Variação cambial | - | 2.834 |
| Descontos financeiros obtidos | 2.140 | 1.675 |
| Outras receitas financeiras | 16.436 | 6.604 |
| **Total de receitas financeiras** | **35.410** | **46.044** |
| | | |
| **Despesas financeiras** | | |
| Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) | (2) | (146) |
| Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures | (31.413) | (31.950) |
| Juros passivos | (3.276) | (3.929) |
| Juros com parcelamento | (105) | (288) |
| Despesas de financeiras de arrendamento | (17.401) | (10.787) |
| Despesas bancárias | (15.650) | (7.701) |
| Perda financeira | (1.415) | (6.643) |
| Variações monetárias passivas | (6.814) | - |
| Outras despesas financeiras | (5) | - |
| Percentual de cartão de crédito | (37.666) | (29.738) |
| Descontos concedidos | (3.464) | (8.625) |
| **Total de despesas financeiras** | **(117.211)** | **(99.807)** |
| | | |
| **Total do resultado financeiro** | **(81.801)** | **(53.763)** |

## 26. Subvenções governamentais

A controlada Armazém Mateus S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial - ICMS conforme decreto 19.714/2014 da Sefaz - MA.

O benefício consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS, que resulte em 2% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de venda em operações internas e interestaduais.

No período findo em 30 de junho de 2020, a controlada fez jus a R$316.526 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2019: R$448.167).

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos:

**(a)** Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas sim reconhecida como receita nos períodos apropriados;

**(b)** Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação;

**(c)** Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

## 27. Instrumentos financeiros

### a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, no cenário provável **(i)** não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários **(ii)** e **(iii)**, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros. A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

| | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| **Ativos financeiros - custo amortizado** | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 944.126 | 398.263 |
| Contas a receber | 964.031 | 817.536 |
| Partes relacionadas | 48.406 | 74.651 |
| Aplicações financeiras | 14.603 | 14.608 |
| **Total** | **1.971.166** | **1.305.058** |
| | | |
| **Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado** | | |
| Empréstimos e financiamentos | 712.763 | 396.104 |
| Debêntures | 488.790 | 504.109 |
| Partes relacionadas | 86.479 | 106.364 |
| Fornecedores | 694.082 | 549.924 |
| **Total** | **1.982.114** | **1.556.501** |

### b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante o período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

**i) Risco de mercado**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

**ii) Risco de crédito**

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

**iii) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos**

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de debêntures da Companhia, as quais estão mencionadas na Nota Explicativa nº 14.

**iv) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/ liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre três e cinco anos | Acima de cinco anos |
|---|---|---|---|---|
| **Em 30 de junho de 2020** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 196.125 | 271.218 | 222.410 | 23.010 |
| Debêntures | 29.884 | 143.646 | 248.649 | 66.611 |
| Fornecedores | 694.082 | - | - | - |
| Partes relacionadas | - | 86.479 | - | - |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 159.759 | 147.150 | 75.841 | 13.354 |
| Debêntures | 30.503 | 158.348 | 248.649 | 66.609 |
| Fornecedores | 549.924 | - | - | - |
| Partes relacionadas | - | 106.364 | - | - |

**c) Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

**i) Índice de endividamento**

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de endividamento no final do período findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

| | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| Dívida | 1.201.553 | 900.213 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (944.126) | (398.263) |
| Títulos e valores mobiliários | (14.603) | (14.608) |
| Dívida líquida | 242.824 | 487.342 |
| Patrimônio líquido | 2.316.159 | 1.949.287 |
| Índice de endividamento líquido | 0,10 | 0,25 |

**d) Risco de taxa de juros**

**i) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras equivalentes de caixa e nos títulos e valores mobiliários, vinculados ao CDI e empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros.

Na data de encerramento do período findo, a Administração estimou cenários de variação na CDI e TJLP. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período findo e para provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado.

Tais taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado abaixo.

Simulação com expectativa do CDI e TJLP projetados, conforme abaixo:

| | Cenário atual | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário provável | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo de aplicações financeiras (equivalentes de caixa)** | **716.574** | **722.952** | **726.176** | **729.329** | **732.554** | **735.707** |
| Taxa média (% do CDI) | - | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| CDI projetado | - | 0,89% | 1,34% | 1,78% | 2,23% | 2,67% |
| **Saldo de aplicações financeiras** | **14.603** | **14.733** | **14.799** | **14.863** | **14.929** | **14.993** |
| Taxa média (% do CDI) | - | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| CDI projetado | - | 0,89% | 1,34% | 1,78% | 2,23% | 2,67% |
| **Saldo de financiamentos para investimento em máquinas e equipamentos - FINAME (BNDES)** | **93.957** | **102.141** | **103.287** | **104.443** | **105.598** | **106.754** |
| Juros sobre financiamento (TJLP + 6,25%) | - | 8,71% | 9,93% | 11,16% | 12,39% | 13,62% |
| TJLP projetada | - | 2,46% | 3,68% | 4,91% | 6,14% | 7,37% |
| **Saldo de empréstimos para capital de giro** | **546.441** | **642.396** | **649.063** | **655.784** | **662.505** | **669.226** |
| Juros sobre empréstimos (TJLP + 15,10%) | - | 17,56% | 18,78% | 20,01% | 21,24% | 22,47% |
| TJLP projetada | - | 2,46% | 3,68% | 4,91% | 6,14% | 7,37% |
| **Saldo de "*leasing*"** | **72.365** | **75.166** | **76.048** | **76.938** | **77.829** | **78.719** |
| Juros sobre "*leasing*" (TJLP + 1,41%) | - | 3,87% | 5,09% | 6,32% | 7,55% | 8,78% |
| TJLP projetada | - | 2,46% | 3,68% | 4,91% | 6,14% | 7,37% |
| **Saldo de debêntures** | **488.790** | **510.932** | **516.895** | **522.908** | **528.920** | **534.932** |
| Juros sobre debêntures (TJLP + 2,07%) | - | 4,53% | 5,75% | 6,98% | 8,21% | 9,44% |
| TJLP projetada | - | 2,46% | 3,68% | 4,91% | 6,14% | 7,37% |

**ii) Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros**

Os níveis de hierarquia de valor justo de 1 a 3 se baseiam no grau com base no qual o valor justo é observável:

- As mensurações do valor justo do Nível 1 são aquelas resultantes dos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras informações que não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços); e
- As mensurações do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 30 de junho de 2020, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. Os instrumentos financeiros apresentados nessa demonstração financeira foram classificados como nível 3 na hierarquia de valor justo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

## 28. Resultado por ação

**a) Política contábil**

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: **(i)** lucro (prejuízo) básico; e **(ii)** lucro (prejuízo) diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

**b) Quadro de resultado por ação**

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

Para o cálculo do resultado por ação, foi considerado a atual composição de ações ordinárias para o exercício comparativo, conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, mantendo o denominador básico e diluído em bases comparativas.

| | 30/06/2020 | 30/06/2019 |
|---|---|---|
| Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia | 297.153 | 167.014 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação | 1.863.829 | 911.201 |
| Lucro líquido básico por ação - R$ | 0,16 | 0,18 |

## 29. Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelas partes relacionadas Armazém Mateus e Mateus Supermercados, pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

| Tipo de seguro | Valor segurado | Prêmio | Vigência |
|---|---|---|---|
| Risco operacional | 841.711 | 4.112 | 02 de dezembro de 2022 |

## 30. Transações que não afetaram caixa

| | 30/06/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| Reconhecimento inicial - ativos de direito de uso | - | 421.858 |

## 31. Eventos Subsequentes

**CONTRATO DE CONDIÇÕES GERAIS PARA A PRESTAÇÃO DE GARANTIA**

Em 16 de setembro de 2020 as investidas Mateus Supermercado S.A e Armazém Mateus S.A. firmaram contrato sobre condições gerais para a prestação de garantia com a empresa Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda, onde regularam os termos e condições para a prestação de Garantias por ambas as partes, de forma a garantir o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias (inclusive todos os ônus, juros, multas, taxas, tributos, encargos e demais despesas) assumidas pelas partes perante a credores (“Obrigações Garantidas”). Ficou acordado que as partes se comprometem periodicamente apurar o saldo devedor total das Obrigações Garantidas por cada Parte e sobre esta diferença apurada será devida uma remuneração à taxa de 1% (um por cento) ao ano, como contraprestação as obrigações garantidas. A Remuneração deverá ser revista anualmente e ajustada, conforme necessário, para refletir as taxas usualmente praticadas pelo mercado para esse tipo de operação. O pagamento da Remuneração será devido enquanto as Obrigações Garantidas não forem integralmente quitadas e/ou enquanto a Parte Garantidora permanecer na qualidade de garantidora das respectivas Obrigações Garantidas.

## 32. Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 17 de setembro de 2020.

* * *

## Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

Grupo Mateus sociedade por ações com sede na Avenida Daniel de La Touche, nº 73, Loja 03, bairro Cohama, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.990.777/0001-09 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia com relação às informações trimestrais informações referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2020.

São Luís, 17 de setembro de 2020.

**Ilson Rodrigues Mateus**

**Diretor Presidente**

**José Morgado Filho**

**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

A Diretoria do Grupo Mateus sociedade por ações com sede na Avenida Daniel de La Touche, nº 73, Loja 03, bairro Cohama, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.990.777/0001-09 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2020.

São Luís, 17 de setembro de 2020.

**Ilson Rodrigues Mateus**

**Diretor Presidente**

**José Mozgado Filho**

**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**